



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**224ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 22, 23 e 24 de julho de 2014**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**224ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

**Data:** 22, 23 e 24 de julho de 2014

1 Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e catorze teve início a Ducentésima Vigésima  
2 Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do  
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da  
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.  
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:  
6 Conselheira Luziele da Silva Tapajós, MDS; Conselheira Carolina Gabas Stucchi, MDS; Conselheira  
7 Solange Teixeira, SENARC; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao  
8 Desenvolvimento; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, MDS; Conselheira Elisabeth Hernández,  
9 Ministério da Saúde; Conselheira Ana Lúcia Lima Starling, Associação Brasileira dos Terapeutas  
10 Ocupacionais; Conselheiro José Ferreira da Cruz, MDS; Conselheiro Fábio Bruni, MDS; Conselheira  
11 Giovanna Quaglia, MDS; Conselheira Maria das Graças Prola, FONSEAS; Conselheira Zilene Rabelo,  
12 FONSEAS; Conselheira Maria Lúcia Soares Marquim, CONGEMAS; Conselheira Raimunda Cadó,  
13 Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro Thiago Ferreira Cabral, Fundação Dorina Nowill para  
14 Cegos; Conselheira Cláudia Laureth Faquinote, União Brasileira de Educação e Ensino; Conselheira  
15 Dulcinéia Reginato Francisco, Pia Sociedade de São Paulo; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização  
16 Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto Eco Vida; Conselheiro  
17 Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheira Carmen Lúcia  
18 Fogaça, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Conselheiro Samuel Rodrigues,  
19 Fórum Nacional de População de Rua; Conselheira Eufrásia Agizzio, Associação Brasileira de  
20 Autismo; Conselheira Clátia Regina Vieira, Federação Nacional dos Empregados em Instituições  
21 Beneficentes Religiosas e Filantrópicas; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Federação  
22 Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS; Conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento, Conselho  
23 Federal de Serviço Social; Conselheira Patricia Alves Vieira, Central dos Trabalhadores e  
24 Trabalhadoras do Brasil; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de Psicologia.  
25 Secretária-Executiva Substituta, Sra. Dorinha; **CONVIDADOS:** Valéria Gonelli, SNAS; Professor Edval  
26 Bernardino; Daniel P. Avelino, SNAS/PR; Pâmela Santos, MDS, Márcia Maria Biondi Pinheiro,  
27 SNAS/MDS; Eduardo Bruni e Lícia Barbosa Moassab Bruni, país do Conselheiro Fábio; Kaliele  
28 Nogueira, MPOG, Maria Silva Coviello, FEBRAEDA, Moisés Castro, CONSEAS/SP, Marilene Maria da  
29 Silva; Thiago de Freitas; Pedro Masson Souza, MDS, Marlene Merisse; Valéria da Silva Reis Ribeiro,  
30 LBV; Daniel Martins Silva, COMAS/SP; Mariana Moreira Catarina, SNAS; Josué Julio da Silva/PE;  
31 Girlene Ferreira Américo, COMAS/SP; Carmen Lília Fontoura, COMAS/SP; Dhan Kienen, COMAS/RJ;  
32 Cassia Goreti da Silva, COMAS/SP; Susana de Almeida Silva, COMAS/SP; Marly Pulini da Costa,  
33 CONSEAS/SP; Ana Lúcia Soares, ABRATO/FTNSUAS; Luziana Maranhão, COFFITO; Marta B.

34 Custódio, MDS; Carlos Nambu, COMAS/SP; Nipson Richard Freitas, CEAS/PE; Rafael Luis Giacomini,  
35 MPOG. **ABERTURA.** Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e catorze, o Presidente iniciou a  
36 Ducentésima Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social  
37 cumprimentando os presentes e solicitando à Secretária-Executiva Substituta a conferência do  
38 quorum: Conselheiros na Titularidade: Luziele Maria de Souza Tapajós; José Ferreira Crus; Maria  
39 Lúcia Nogueira Linhares Marquim; Raimunda Nonato Cadó; Cláudia Laureth Faquinote; Alceu  
40 Kuhn; Anderson Lopes Miranda; Samuel Rodrigues; Clátia Regina Vieira; Edivaldo da Silva Ramos;  
41 Dulcineia Reginato Francisco. Conselheiros na suplência: Fábio Moassab Bruni; Zilene Santana Silva  
42 Rabelo; Thiago S. de Barbosa Ferreira Cabral; Naelson da Silva Ferreira; Aldenora Gomes González;  
43 Carmen Lúcia Lopes Fogaça; Eufrásia Agizzio; Leovane Gregório; Elizabeth Souza Hernandez. A  
44 seguir, o Presidente passou a palavra para a Vice-Presidenta, Conselheira Luziele, que  
45 cumprimentou os novos Conselheiros e demais presentes, desejando a todos bom trabalho. O  
46 Presidente indicou que a pauta havia ficado a cargo da Presidência Ampliada, relatando a  
47 diferença com as anteriores e com a participação do Sr. Daniel Avelino, da Presidência da  
48 República, que falaria sobre o Decreto 8.243: **Pauta – Dia 22/07/2014 – Manhã - 9h às 10h30** - O  
49 Sistema Único de Assistência Social: avanços e desafios - Secretaria Nacional de Assistência Social,  
50 Secretária Valéria Gonelli. **10h30 às 12h**: - O Controle Social no SUAS - Professor Edval Bernardino.  
51 **Tarde - 14h às 18h**: Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
52 Social. Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. Reunião da Comissão de Política da  
53 Assistência Social. Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Dia  
54 **23/07/2014 – COMISSÕES – Manhã - 9h às 12h30**: Reunião da Comissão de Acompanhamento  
55 aos Conselhos da Assistência Social. Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social.  
56 Reunião da Comissão de Política da Assistência Social. Reunião da Comissão de Financiamento e  
57 Orçamento da Assistência Social. **Tarde - 14h às 16h**: Apresentação da Pesquisa MUNIC – Sra.  
58 Vânia Pacheco **IBGE. 16h às 18h**: Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 24/07/2014 – Manhã - 9h**  
59 **às 09h15**: Aprovação da ata da 223ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 224ª Reunião  
60 Ordinária. **09h15 às 10h30**: Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS,  
61 CONGEMAS e Conselheiros. **10h30 às 12h30**: Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento  
62 da Assistência Social – Proposta Orçamentária para o exercício de 2015 - *Pauta – Conselho*  
63 *Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/*. **Tarde - 14h às 15h**: Relato da Presidência Ampliada. **15h**  
64 **às 16h**: Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. **16h às 17h**:  
65 Relato da Comissão de Política da Assistência Social. **17h às 18h**: Relato da Comissão de Normas da  
66 Assistência Social. Após essa apresentação, o Presidente passou para o **Item O Sistema Único de**  
67 **Assistência Social: avanços e desafios - Secretaria Nacional de Assistência Social.** A Secretária  
68 Valéria justificou a ausência da Secretária Denise, que também participaria, passando a discorrer  
69 sobre os avanços e desafios do SUAS. Falou sobre seu histórico, a importância da política da  
70 Assistência Social, entrando no tripé da Seguridade Social Brasileira, com a Previdência e Saúde.  
71 Falou sobre essa política, conforme o material em tela, a legislação pertinente e que estabelecia  
72 essa nova lógica constitucional da Assistência Social antes e após o SUAS. A Secretária Valéria  
73 discorreu sobre os programas implementados, a importância da LOAS nesse avanço, protegendo e  
74 prevenindo situações de risco para a população, a proteção de média e alta complexidade e os  
75 serviços que trabalhavam, todos expressos na NOB-SUAS, priorizando a construção de uma  
76 política compartilhada. Falou sobre os serviços ofertados pelos CRAS e CREAS, Centros POP, o

77 acompanhamento pelo PAIF, PAEF, Centros POP e o público atendido. Indicou o número de  
78 atendimento pelo Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o PRONATEC,  
79 ademais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o ACESSUAS TRABALHO, o programa  
80 BPC-ESCOLA e BPC-TRABALHO, o APRIMORA REDE, o CAPACITA-SUAS, as equipes volantes e  
81 também a Rede Complementar, discorrendo sobre os mesmos. Indicou, conforme o material em  
82 tela, o número de entidades e trabalhadores da Assistência Social, conforme o CENSO SUAS e  
83 cujos dados seriam atualizados proximamente. Discorreu sobre o financiamento da Seguridade  
84 Social, as fontes de arrecadação e as ações contempladas com esses recursos, contemplando a  
85 população desfavorecida e, falando também sobre a melhoria da atuação intersetorial, que ainda  
86 trazia problemas com os diferentes segmentos, destacando as questões que deveriam ser  
87 melhoradas. A Secretária Valéria concluiu sua apresentação, destacando a necessidade de  
88 valorização da política pública. O Presidente solicitou que fosse feita nova aferição do quorum:  
89 Conselheiros presentes: Solange Teixeira (titular), Léa Lúcia Cecílio Braga, Ana Lúcia de Lima  
90 Starling, Maria das Graças Prola, Patrícia Alves Vieira. Conselheira exercendo a titularidade:  
91 Carolina Gabas Stucchi. Conselheiros suplentes: Margarida Munguba Cardoso, Geovana Coala,  
92 Jucileide Ferreira do Nascimento. Participantes: Pâmela Santos, MDS, Márcia Maria Biondi  
93 Pinheiro, ex-presidente do CNAS e atualmente assessora da SNAS/MDS; Eduardo Bruni e Lícia  
94 Barbosa Moassab Bruni, país do Conselheiro Fábio; Calieu Nogueira, SPIMP, Maria Silva Coviello,  
95 FEBRAEDA, Moisés Santos, CONSEAS/SP, Marlene Maria da Silva; Thiago de Freitas; Pedro Manón,  
96 MDS, Marlene Merisse; Valéria da Silva Reis Ribeiro, ex Conselheira do CNAS e representante da  
97 LBV, e representantes do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo: Suzana de  
98 Almeida Silva, Carmen Lígia Giovani, Cássia Gorete da Silva, Gislene Ferreira Américo e o  
99 Presidente Carlos Nambu. **Item O Controle Social no SUAS.** O Professor Edval Bernardino  
100 agradeceu pela oportunidade, cumprimentando os novos Conselheiros e passando a falar sobre o  
101 controle social e sua importância para o SUAS e sem o qual seria impossível essa participação. Que  
102 a ideia de participação era um dos fundamentos políticos para a estruturação da gestão do SUAS,  
103 com a decisão centralizada estando relacionada à eficácia e à eficiência da gestão, esclarecendo  
104 sua colocação. Discorreu sobre as relações entre estado e sociedade e as diversas linhas que  
105 existiam sobre a questão, com pensamentos distintos sobre o papel da sociedade e do controle  
106 social, falando sobre os mesmos. Ponderou que grande parte dos gestores públicos do país não  
107 concordavam com o ideal democrático, de compartilhamento de projetos com a sociedade, com a  
108 transparência de recursos, assim como muitos democratas, desejavam que a Sociedade civil se  
109 curvasse à sua vontade. Frente a essas diversas correntes, o Professor Edval sugeria para o MDS,  
110 que como seu entendimento era que o Censo SUAS, que era anual, poderia ser em um tempo  
111 maior, possibilitando o aprofundamento das informações para trabalhar com dados qualitativos.  
112 No entanto, observou que a existência de Conselhos, reuniões regulares não significava que havia  
113 controle social, o qual ensejava mudanças silenciosas, sendo que como tinham o marco zero da  
114 Assistência social podiam analisar os avanços alcançados nesse campo. Observou que os CRAS e  
115 CREAS já eram ponto de referência, considerando sua importância, discorrendo sobre como o  
116 controle social poderia ser entendido. Falou sobre a valorização das Conferências, mas sendo  
117 preciso que a instância municipal fosse fortalecida, para a efetivação do controle social, com o que  
118 o CNAS precisando trabalhar essa relação entre os entes. O Professor Edivaldo discorreu sobre a  
119 desigualdade existente no país, falando sobre o Programa Bolsa Família e a necessidade de

120 redução dessas diferenças, com a Assistência Social precisando construir uma agenda para a  
121 sociedade construir direitos humanos fundamentais, questionando as agendas existentes e como  
122 deveriam ser trabalhadas nos Conselhos. O Presidente abriu para colocações, com a Conselheira  
123 Raimunda concordando com a Secretária Valéria em ter muito a fazer sobre a proteção especial,  
124 com sua entidade trabalhando nessa perspectiva. Observou haver duas dimensões a ser  
125 enfatizadas: a dimensão preventiva do seu trabalho, historicamente relegada a segundo plano e  
126 essa dimensão preventiva que prevenia os grandes riscos, discorrendo sobre a relevância dessa  
127 prevenção. Manifestou insatisfeita quanto aos dados quantitativos, não conseguindo ver o grau de  
128 efetividade dessa política, com seu resultado não atendendo e não sendo efetivo junto à  
129 população. O Conselheiro Leovane destacou a importância das apresentações, falando sobre os  
130 desafios existentes e a necessidade de efetivar a política e que fosse efetivamente praticada em  
131 prol do cidadão. Falou sobre o orçamento existente, mas sendo necessária uma série de ações  
132 para que a política realmente funcionasse e questionando o que era o controle social, e o que fazia  
133 para a consolidação da mesma, sendo importante se debruçar sobre o que acontecia no  
134 município, considerando a situação anterior e a atual. O Conselheiro Anderson ressaltou a  
135 importância da transparência, da participação dos usuários, os benefícios dos programas  
136 existentes, discorrendo sobre a situação existente em São Paulo. Falou sobre os recursos  
137 existentes e que todas as entidades deveriam ter recursos públicos, com o Conselho e suas  
138 Comissões tendo que discutir essa participação. O Conselheiro José Crus falou sobre a importância  
139 dos temas tratados, destacando como a área da assistência social era tratada, como se não fosse  
140 uma política de direito. Que com a implantação do SUAS essa área tinha outra visibilidade, sendo  
141 que além do vínculo do trabalhador com esse usuário, a sua intervenção se pautava no  
142 atendimento ao indivíduo como um todo, inclusive o seu meio. Que conforme a Secretária Valéria  
143 havia destacado, esse impacto requeria um aprimoramento da gestão do Sistema para ter a  
144 dimensão do impacto dessa política pública na vida das pessoas, discorrendo sobre os avanços  
145 alcançados. Que havia algumas falhas que incomodavam e que teriam que ser discutidas,  
146 avançando nessa política. A Conselheira Jucileide destacou a fala do Professor Edval, quando  
147 reconhecia o caráter heterogêneo da Sociedade Civil, estando em um espaço de construção s  
148 privilegiado de controle social, de articulação da Sociedade Civil e do estado, mas com o CNAS  
149 tendo que ter uma atuação propositiva, falando sobre sua experiência como Conselheira  
150 Municipal. Observou que muitas vezes os interesses não eram divergentes, mas tinham caminhos  
151 diferentes para chegar ao ponto comum, questionando o que os unia e qual a agenda comum da  
152 Sociedade Civil não só no CNAS, mas também nos Conselhos Municipais e Estaduais e se tivessem  
153 resposta, a Sociedade Civil teria uma agenda propositiva e poderia pautar o estado nesse espaço.  
154 A Secretária Valéria falou sobre os questionamentos feitos, ressaltando a questão da participação  
155 igualitária e com essas dificuldades sendo as mesmas em todas as políticas. Indicou a proposta do  
156 Conselheiro Anderson sobre o fortalecimento na participação dos usuários nos espaços de  
157 controle social, o que deveria ser observado. Conforme a colocação da Conselheira Raimunda,  
158 indagou o que a Assistência Social havia alterado na vida das pessoas, falando sobre as pesquisas  
159 realizadas e o conhecimento que as pessoas tinham das suas ações e instrumentos, falando sobre  
160 o que havia sido implementado em Brasília com contribuição dessa política. Discorreu sobre os  
161 dez anos do SUAS, os avanços alcançados, assim como a luta para implantar CRAS em todos os  
162 municípios do país, assim como Conselhos, recursos e o mínimo de gestão, esclarecendo essa

163 situação. O Professor Edval ponderou que era preciso pautar as novas demandas e evoluir o que já  
164 estava sendo atendido, relatando um exemplo de pesquisa realizada. Falou sobre o preconceito  
165 existente com a Assistência Social quanto ao atendimento das pessoas, as quais não deveriam ser  
166 menosprezadas, mas sim tratadas com respeito, apesar de sua condição. Relatou exemplos de  
167 como os programas eram considerados, sendo preciso trabalhar e investir, considerando a  
168 importância desses programas sociais e a necessidade de agendas com pontos idênticos entre os  
169 segmentos. Observou que inclusive pelas normas, haviam reconhecido a representatividade pela  
170 legitimidade, tendo que avançar nesse processo, haja vista que a legitimidade no estado de direito  
171 precisava ter vínculo com a legalidade, discorrendo sobre essa questão. Falou sobre a situação da  
172 população de rua, cuja representação não era organizada institucionalmente, não dispo de  
173 mesmas facilidades e dos mesmos instrumentos de representatividade, discorrendo sobre como  
174 atuar nessa situação. Que tinha algumas ideias e gostar de conversar sobre o assunto, para  
175 fortalecer essa questão, considerando que há participação dos seus representantes nos Conselhos  
176 e Conferências havia melhorado muito. A Conselheira Carmen Lúcia observou o que o Professor  
177 Edval havia falado sobre ter um instrumento de avaliação para efetividade das políticas públicas,  
178 mas que os problemas existentes não eram apenas da Assistência. Que não havia monitoramento  
179 das deliberações das Conferências, o que deveria ser pauta dos Conselhos, os quais deveriam ser  
180 estruturados em conjunto com todos os segmentos, para monitorar a política. O Professor Edval  
181 agradeceu pelo convite, esperando ter outra oportunidade para esse debate, considerando a  
182 importância do tema. A Secretária Valéria informou que estaria presente na Comissão de  
183 Financiamento no dia seguinte, indicando o envio de alguns informes da vigilância  
184 socioassistencial e colocando-se à disposição para continuar o debate. O Presidente passou para o  
185 **Item Apresentação do Decreto 8.243, sobre a participação social**, pelo Dr. Daniel, que passou a  
186 falar sobre a Política Nacional de Participação Social, fazendo um resgate sobre a mesma e como  
187 as demais políticas e os riscos que as mesmas corriam, falando sobre o diagnóstico sobre esses  
188 espaços participativos e com o CNAS tendo o modelo de muitos Conselhos. O Dr. Daniel falou sobre  
189 a necessidade de integrar não só as políticas públicas, mas também os seus espaços participativos,  
190 falando sobre os mesmos e como muitos não tinham demanda e que outros a apresentavam em  
191 demasia, sendo necessária a conexão entre esses espaços, para se auxiliarem mutuamente,  
192 relatando o que havia sido realizado anteriormente e com a consulta pública escolhida para  
193 atender muitas dessas demandas. Informou que a proposta de texto havia sido resultado no  
194 Decreto 8243, assinado pela Presidenta no dia 23 de maio de 2014, no encerramento da arena da  
195 participação social. Que após sua publicação, surgiram manifestações contrárias ao mesmo,  
196 relatando o que havia acontecido com o mesmo, sendo suscitados seus efeitos de instituição da  
197 Política Nacional de Participação Social, embasado na Constituição, relatando o que vinha  
198 acontecendo sobre o assunto. Que a expectativa era que na próxima semana o assunto voltasse à  
199 pauta, sendo que em uma das sessões do Congresso Nacional havia sido aprovado um pedido de  
200 urgência em relação ao pedido que tramitava na Câmara dos Deputados, podendo-se ter em breve  
201 uma resposta sobre o Decreto. Que na audiência pública do dia 5 de agosto deveria ser discutido o  
202 conteúdo e o fundamento da Política Nacional de Participação Social, com o Ministro estando  
203 presente para prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional e, na segunda audiência pública,  
204 prevista para o dia 6 de agosto, estaria previsto um debate sobre o Decreto Legislativo, ou seja,  
205 sobre o pedido de impugnação apresentado ao Congresso Nacional. O Dr. Daniel discorreu sobre o

206 assunto, não sabendo o que seria resolvido sobre o Decreto, mas com todos os aspectos sendo  
207 considerados. Esclareceu que a respeito da articulação entre os Conselhos haviam procurado  
208 desenvolver um projeto desde 2011 para trazer o debate para os Conselhos sobre planejamento  
209 governamental, com a inclusão do PPA – Plano Plurianual previsto na Constituição, falando sobre o  
210 mesmo e o que trazia e os eventos realizados posteriormente, sobre a questão. Após mais  
211 algumas colocações sobre a questão, o Dr. Daniel apresentou o Prêmio de Serviço Público das  
212 Nações Unidas que haviam recebido, resultado do trabalho que haviam feito na área de gestão  
213 pública, devido ao Fórum Interconselhos, coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da  
214 República e pelo Ministério do Planejamento. O Presidente parabenizou pelo recebimento do  
215 prêmio, com o país sendo referência mundial nessas questões, e cujo alto nível deveriam manter  
216 nas ações a serem realizadas. O Conselheiro Leovane observou não haver grande novidade nesse  
217 decreto, mas sendo levantadas várias questões improcedentes, mas com a Sociedade Civil  
218 devendo trabalhar para que o mesmo não fosse anulado. O Conselheiro Naelson relatou as  
219 matérias que estavam saindo na internet sobre o assunto, ficando claro que era uma questão de  
220 luta entre partidos e tema que deveria ser discutido nas bases. O Conselheiro Anderson  
221 destacando a relevância desse prêmio, trazendo dignidade e cidadania, falou sobre a importância  
222 do Decreto e relatou ter participado da discussão do PPA. Parabenizou pelo trabalho e informou  
223 que o Ministro Gilberto Carvalho, em São Paulo, havia apoiado os movimentos sociais,  
224 parabenizando a área governamental e toda a Sociedade Civil por trazer essa democracia de fato,  
225 falando sobre as ações realizadas, o acesso à educação e o SUS sendo uma realidade. O Presidente  
226 informou que o Dr. Daniel havia trazido uma cópia do certificado recebido para distribuir a todos  
227 os Conselheiros. A Conselheira Luziele informou que a cada chamado da Secretaria-Geral, da  
228 Secretaria Nacional, o CNAS estava presente para debater o tema e que a Secretaria Nacional  
229 havia apresentado o Sistema Nacional de Participação Social ao Conselho, com o assunto sendo  
230 colocado no *CNAS Informa*, dando suporte e apoio ao Decreto. Colocou como encaminhamento  
231 para a Presidência Ampliada de o CNAS se manifestar sobre o tema, falando sobre sua  
232 importância. O Presidente concordou que a construção do manifesto fosse inserida na pauta da  
233 Presidência Ampliada, discorrendo sobre a importância do Decreto. Agradeceu a colocação do Dr.  
234 Daniel que o CNAS era referência para todos, fazendo esse registro e destacando a participação e  
235 trabalho de todos os Conselheiros. O Dr. Daniel agradeceu e colocou-se à disposição para novas  
236 conversas, falando sobre as colocações feitas e destacando que a mobilização popular teria muito  
237 peso na aprovação do Decreto, assim como a valorização dos Conselhos que já existiam, ao invés da  
238 criação de outros. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a todos a  
239 participarem das reuniões das respectivas e para prosseguimento da Plenária no dia seguinte.

240 **ABERTURA.** Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e catorze, o Presidente reiniciou a  
241 Ducentésima Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social,  
242 solicitando à Secretária-Executiva Substituta a conferência do quorum: Conselheiros Titulares  
243 presentes: Luziele Maria de Souza Tapajós, Léa Lúcio Cecílio Braga, José Ferreira Crus, Maria das  
244 Graças Prola, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Laureth Faquinote, Alceu Kuhn, Anderson Lopes  
245 Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira, Edivaldo da Silva Ramos, Patrícia Alves Vieira;  
246 Carolina Gabas Stucchi, Dulcinéia Reginato Francisco. Conselheiros Suplentes presentes: Elizabeth  
247 Souza Hernandes, Fábio Moassab Bruni, Giovanna Quaglia, Zilene Santana Silva Rabelo, Tiago  
248 Barbosa Ferreira Cabral, Naelson da Silva Ferreira, Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Eufrásia Agizzio,

249 Margareth Alves Dallaruvera, Jucileide Ferreira do Nascimento e Leovane Gregório. O Presidente  
250 informou os representantes do CNAS para o Fórum Nacional de Aprendizagem Nacional – FNAP,  
251 Conselheiros Thiago, Sociedade Civil e Conselheira Margarida, Governo, sendo que  
252 posteriormente definiriam Titular e Suplente; Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde do  
253 Sistema Prisional, Conselheiro Samuel, Sociedade Civil, e Conselheira Elisabeth, Governo, com  
254 definição do Titular e Suplente; Comissão Nacional Intersectorial para Acompanhamento e  
255 Implementação do Plano Nacional de Promoção e Proteção e Defesa de Direitos da Criança e  
256 Adolescentes e a Convivência Familiar e Comunitária – CNI/PNCFC, Conselheiro Samuel, Titular,  
257 Conselheira Raimunda, Sociedade Civil, Suplente, e Conselheira Léa Braga, Governo. A Conselheira  
258 Margareth lembrou que havia sido indicada junto com o Conselheiro Thiago, o que foi acatado,  
259 mas tendo que definir o Titular e Suplente. A Conselheira Luziele sugeriu iniciar com o **Item**  
260 **Informes dos Conselheiros**. A Conselheira Margareth informou que dia 25, 26 e 27 de julho  
261 aconteceria a Plenária Nacional da Federação Nacional dos Assistentes Sociais da FENAS no Rio de  
262 Janeiro, tendo enviado convite ao CNAS. Indicou que no dia seguinte estaria ausente devido a esse  
263 compromisso. Que no dia 28 de julho se realizaria a Plenária Nacional da Central Única dos  
264 Trabalhadores da CUT, em São Paulo, aberta pelo ex Presidente Lula e com encerramento com a  
265 presença da Presidente Dilma Rousseff. O Conselheiro Alceu Kuhn. Informou sua recondução ao  
266 Conselho Municipal de Chapecó como Presidente por mais dois anos e que o Conselho Estadual de  
267 Direitos da Pessoa com Deficiência de Santa Catarina, estava sendo recomposto por um período  
268 de mais dois anos. O Conselheiro Naelson relatou que como Coordenador do Grupo do PAA  
269 representou o CNAS na reunião conjunta do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos  
270 – GGPAA, dia 17 de julho, na SESAN, oportunidade em que havia sido apresentado o balanço de  
271 execução orçamentária do PAA – 2012, 2013 e 2014, alterações na legislação do PAA, novo  
272 Decreto de regulamentação do programa Resolução de Sementes e Resolução dos Alimentos, e  
273 modalidade de compra institucional. Que na oportunidade havia prestado esclarecimentos sobre  
274 inscrição nos Conselhos Municipais às cooperativas e entidades ligadas a igrejas, citando alguns  
275 questionamentos feitos. Informou que a CONAB junto com a SESAN estavam trabalhando para  
276 que não tivessem mais problemas conforme o ocorrido no Paraná em setembro. **Item**  
277 **Apresentação da Pesquisa MUNIC**. O Presidente indicou a presença do Secretário Paulo Jannuzzi,  
278 e a Sra. Vânia Maria Pacheco, para falar sobre a Pesquisa Básica de Informações Municipais –  
279 MUNIC, falando sobre sua trajetória profissional. O Secretário Jannuzzi agradeceu pelo  
280 recebimento da SAGI, cujos estudos ajudavam no aprimoramento das políticas, sociedade e  
281 Conselhos, conhecendo melhor a estruturação do SUAS. Colocou a Secretária à disposição de  
282 todos, informando sobre a retomada da capacitação de Conselheiros municipais e sobre a  
283 apresentação do resultado da MUNIC, e a realização da Pesquisa de Informações Básicas  
284 Estaduais, falando sobre a importância dessas pesquisas, desenvolvidas com o IBGE. A Sra. Vânia  
285 Pacheco passou à apresentação da MUNIC e da ESTADIC, como trabalhavam com as pesquisas, os  
286 temas levantados nos municípios, estados e DF e a aplicação desses dados, importantes para a  
287 execução da política de Assistência Social, de acordo ao material em tela. O Presidente agradeceu  
288 a apresentação, que viria subsidiar as ações do Conselho, destacando o crescimento da política de  
289 Assistência Social no país e destacando a importância do destaque feito aos estados e municípios.  
290 A Conselheira Luziele, falou sobre sua atuação nessa Secretaria, a importância e o trabalho  
291 realizado para a construção dos questionários e apresentação dessas pesquisas. Falou sobre os



292 problemas existentes na ponta, com o CNAS precisando observar essa questão e para o  
293 LEGISCONSELHOS, e a necessidade de atualizar a legislação seguida pelos Conselhos, trazendo  
294 nova visão sobre o trabalho da Assistência Social. Falou sobre a importância dos dados  
295 apresentados, mas que era preciso também verificar *in loco* a situação apresentada, tendo que se  
296 ter cuidado nessa leitura. O Conselheiro José Crus destacou a importância da apresentação,  
297 ressaltando a importância dos dados sobre a Assistência Social e que até há pouco tempo não  
298 eram conhecidos. Que esse avanço trazia uma grande pauta para a consolidação do SUAS,  
299 ressaltando que o Plano de Ação teria muitos subsídios nessas informações, registrando a  
300 pergunta sobre quem havia prestado as informações, o que não havia sido colocado. A  
301 Conselheira Margareth parabenizou pelo trabalho apresentado, com essas informações  
302 contribuindo para o fortalecimento e materialização da política de Assistência Social. Com relação  
303 aos estatutários, indicou sentir a falta dos pisos, assim como em pesquisas anteriores, e também a  
304 questão dos cargos e concursos para essa área, falando sobre a questão, Observou que esse  
305 estudo viria auxiliar na pauta de interesse dos segmentos representados, colocando a questão do  
306 trabalhador e suas condições. O Presidente indagou se havia algum dado sobre remuneração dos  
307 trabalhadores e se havia alguma informação de repasse Fundo a Fundo e quantos estados  
308 executavam esse repasse. A Sra. Vânia ponderou que a MUNIC não vinha mostrar que a política de  
309 Assistência Social estava no patamar ideal e que todos os problemas estavam resolvidos, mas  
310 tendo muito ainda o que fazer. Que os dados coletados durante três anos traziam um diagnóstico  
311 de onde poderiam avançar, discorrendo sobre as situações que havia encontrado e a necessidade  
312 de monitoramento dos Conselhos. Falou sobre como os recursos eram utilizados e os problemas  
313 existentes para os repasses Fundo a Fundo, esclarecendo essa situação. Sobre a identificação do  
314 informante, esclareceu que o principal informante era o Secretário, o qual também indicava as  
315 pessoas para isso, responsáveis por determinados assuntos dentro da Secretaria, mas com todos  
316 os informantes sendo identificados e assinando o questionário, menos o informante, que não era  
317 identificado, apenas para controle do IBGE. Informou que levantavam o pessoal ocupado com  
318 vínculo, estatutários, celetistas, e o número existente dentro da Assistência Social de assistentes  
319 sociais, psicólogos, educadores, pedagogos, advogados, podendo pensar em capturar os dados  
320 dessa forma, mas cuja experiência nesse sentido não havia dado certo, esclarecendo sua  
321 colocação e que não sabia se essa informação seria de qualidade, não tendo como verificar a  
322 formação de cada um. Ressaltou que em uma próxima MUNIC poderiam trabalhar o piso salarial,  
323 discorrendo sobre a experiência tida anteriormente sobre a questão e os problemas que havia  
324 trazido. Observou que o pedagogo era o profissional de maior número na assistência social, o que  
325 não prejudicava o funcionamento da Assistência Social dos municípios. Na sequência, o  
326 Conselheiro Anderson parabenizou o IBGE e a parceria com o MDS, considerando a importância  
327 dos dados para todos os Conselheiros, os quais, como fiscalizadores, teriam que cobrar da gestão  
328 municipal que as ações acontecessem. Concordava com a Conselheira Luziele sobre a replicação  
329 desse tema, o qual seria discutido na CIT, CONGEMAS e FONSEAS, considerando a sua relevância.  
330 A Conselheira Eufrásia observou que nos dados do IBGE, 24% era de pessoa com deficiência, não  
331 existindo um levantamento específico para a pessoa autista, discorrendo sobre os dados  
332 existentes atualmente e indagando se havia algum estudo em andamento do IBGE sobre a  
333 questão. A Conselheira Maria das Graças parabenizando pelo trabalho, indagou se na pesquisa  
334 encontravam o perfil dos municípios de determinado estado nessa mesma lógica da informação

335 básica, mais estrutural da gestão. Ressalvou que esse trabalho era uma provada da condução  
336 adequada e responsável dos marcos regulativos que estavam ajudando a construir no país. A  
337 Conselheira Carmen indagou se as tabelas da MUNIC vinham com grandes regiões e unidades da  
338 federação, podendo detalhar a situação de cada município. A Conselheira Raimunda, conforme a  
339 colocação da Sra. Vânia, ponderou que o papel de todos era esmiuçar o que não estava perfeito,  
340 mas reconhecendo o trabalho que estava sendo feito. Informou ser da Comissão de  
341 Acompanhamento aos Conselhos, onde havia tratado do Censo SUAS esse tivessem esse material  
342 em mãos a discussão teria sido mais aprofundada, questionando como faria para conhecer por  
343 município. A Conselheira Patricia parabenizou pela pesquisa, mas que conforme colocado, a  
344 pesquisa trazia boas novidades, citando a Bahia e observando estados em pior situação. Falou  
345 sobre a situação, observando que a pesquisa não trazia o perfil socioeconômico dos profissionais,  
346 o que ajudaria na identificação da existência de Plano de Cargos e Carreira e Salário específico  
347 para a Assistência Social. A Conselheira Luziele ponderou que monitoramento e avaliação só  
348 existiam se fossem disseminados, cabendo a cada Conselheiro fazer esse trabalho na sua área de  
349 atuação, falando sobre essa situação. O Presidente indagou à Sra. Vânia se os CDs continha o  
350 conteúdo integral dos livros, o que foi confirmado. A Sra. Vânia falou sobre os dados que  
351 poderiam ser encontrados, sendo que na internet poderiam ver os dados do município, sendo que  
352 no CD havia a base de dados com a pesquisa básica, esclarecendo como poderiam ser trabalhados.  
353 Observou que no censo sempre havia a pergunta se a pessoa tinha deficiência ou não, mas não  
354 especificando autismo, deficiência visual, deficiência motora, mas que poderia ver na PNAD e  
355 encaminhar material sobre a questão, falando sobre as doenças que poderiam ser encontradas  
356 nos dados do IBGE. Indicou como os dados poderiam ser cruzados, possibilitando maiores  
357 verificações. Concluindo, agradeceu pela oportunidade e destacou a importância do trabalho  
358 realizado entre o OBGE e o MDS. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando  
359 a todos para participarem da Reunião da Presidência Ampliada. **ABERTURA.** Aos vinte e quatro  
360 dias do mês de julho de dois mil e catorze, o Presidente reiniciou a Ducentésima Vigésima Quarta  
361 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, solicitando à Secretária-Executiva  
362 substituta a conferência do quorum: Conselheiros Titulares presentes: Luziele Maria de Sousa  
363 Tapajós, Solange Teixeira, José Ferreira Crus, Maria das Graças Prola, Maria Lúcia Nogueira  
364 Linhares Marquim, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Laureth Faquinote, Anderson Lopes Miranda,  
365 Samuel Rodrigues, Edivaldo da Silva Ramos, Patrícia Alves Vieira, Fábio Moassab Bruni e Dulcinéia  
366 Reginato Francisco. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Thiago Cabral, Conselheiro Naelson  
367 Ferreira, Conselheira Carmem Fogaça, Conselheiro Eufrasia Agizzio, Conselheira Jucileide  
368 Nascimento e Conselheiro Leovane Gregório. A Conselheira Luziele cumprimentou os presentes,  
369 lamentando a morte do escritor Ariano Suassuna e destacando seu legado para o país. **Item**  
370 **Aprovação da ata da 223ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 224ª Reunião Ordinária.** O  
371 Presidente indagou se havia algum questionamento quanto à Ata e à Pauta apresentadas. Em não  
372 havendo, considerou as duas aprovadas pelo Pleno. **Item Informes da Presidência/Secretaria**  
373 **Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Informes da Presidência Ampliada,**  
374 **pela Secretária-Executiva Substituta:** *“Ausências justificadas: o Conselheiro Ubirajara Bento*  
375 *Marques nessa Reunião Ordinária devido a compromissos institucionais. A Conselheira Márcia*  
376 *Rocha nesta Reunião Ordinária devido a problemas de saúde. A Conselheira Simone Albuquerque*  
377 *nessa reunião devido a férias. A Conselheira Margareth Dallaruvera nessa Reunião Ordinária no*

378 dia 24 de julho devido a compromissos institucionais. A Conselheira Léa Braga nessa Reunião  
379 Ordinária no dia 24 de julho devido a compromissos institucionais. A Conselheira Juliana Agatte  
380 nessa Reunião Ordinária no dia 24 de julho, pois estará representando o CNAS no encontro sobre o  
381 trabalho com famílias, região Centro-Oeste, em Brasília. A Conselheira Ana Lúcia de Lima Starling  
382 nesta Reunião Ordinária no dia 24 de julho devido a compromissos institucionais. Convocações e  
383 participações: o Conselheiro Naelson da Silva participou da reunião conjunta do Grupo Gestor do  
384 Programa de Aquisição de Alimentos e do Comitê Consultivo do PAA no dia 17 de julho em Brasília-  
385 DF. O Presidente do CNAS Edivaldo Ramos participou do primeiro encontro estadual de apoio  
386 técnico descentralizado do SUAS, aos municípios do Mato Grosso do Sul, nos dias 26 e 27 de junho  
387 em Campo Grande, e da abertura da 3ª Conferência Estadual de Economia Solidária de Mato  
388 Grosso do Sul no dia 26 de junho. Os Conselheiros Leovane Gregório, Elisabeth Hernandez,  
389 participaram do 1º Fórum Interconselhos nos dias 01 e 02 de julho em Brasília. Os Conselheiros  
390 Naelson da Silva e Alceu Kuhn foram convocados para representar o CNAS no Encontro Nacional de  
391 Monitoramento e Vigilância Socioassistencial do SUAS 2014, nos dias 30 de julho e 1º de agosto  
392 em Brasília. A Conselheira Juliana Agatte está representando o CNAS na mesa de abertura do  
393 Encontro Regional sobre o trabalho social com famílias na Política de Assistência Social, região  
394 Centro-Oeste, no dia de hoje, 24 de julho. A Conselheira Clátia Regina foi convocada para  
395 representar o CNAS no Encontro Intersectorial das Ações Estratégicas do PETI que será realizado nos  
396 dias 06 e 07 de agosto em Brasília. E-mails enviados aos Conselheiros do CNAS. Transmissão ao  
397 vivo, evento CGEPMP, 09/06/2014. Divulgação Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional  
398 edição 2014. Homenagem a Armando Dias Mendes. Divulgação da Coletânea de Acesso a  
399 Informação preparada pela Ouvidoria-Geral da União por meio da Coordenação-Geral de Recursos  
400 de Acesso a Informação, que reúne as principais normas que tratam da temática de acesso a  
401 informação. Conjunto de documentos sobre a Política Nacional de Participação Social, ata e  
402 gravação da 223ª Reunião Ordinária do CNAS, ata da 2ª Reunião Trimestral do CNAS com o  
403 CEAS e CAS/DF. Calendário de reunião do CNAS. Pauta da 224ª Reunião Ordinária do CNAS. Notícia  
404 30 horas semanais para psicólogos. Apresentação feita pela Secretária Adjunta da Secretaria  
405 Nacional de Assistência Social Valéria Gonelli sobre o Sistema Único de Assistência Social, Avanços  
406 e Desafios, apresentados na 224ª Reunião Ordinária. Portarias e resoluções. Resolução CNAS nº 15  
407 de 05 de junho de 2014, publicada no diário oficial de 11/06/2014, Seção 1, página 71, que orienta  
408 os Conselhos de Assistência Social quanto a sua organização e ao seu funcionamento como  
409 instância de participação e controle social do Programa Bolsa Família. Resolução nº 19 de 05 de  
410 junho de 2014 publicada no diário oficial no dia 18 de junho, Seção 1, página 51, que prorroga o  
411 prazo de implantação dos serviços para municípios e Distrito Federal que realizaram o aceite de  
412 expansão no exercício de 2012. Resolução CNAS nº 20 de 06 de junho de 2014, publicada no diário  
413 oficial de 18 de junho de 2014, Seção 2, página 30, que compõe as Comissões do Conselho Nacional  
414 de Assistência Social. Resolução nº 21 de 06 de junho de 2014, publicada no diário oficial de 18 de  
415 junho, Seção 2, página 31, que compõe a Comissão de Ética do CNAS. E-mails recebidos: o  
416 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, o CONGEMAS, enviou Ofício  
417 Circular nº 2 de 2014, o qual informa sobre a eleição da nova diretoria do CONGEMAS, gestão  
418 2014-2016, com a seguinte composição: Presidente José Rodrigues Rocha Junior, Cuiabá-MT. Vice-  
419 Presidente Ubirajara Bento Marques, Niterói-RJ. 1ª Secretária Maria Lúcia Nogueira Linhares  
420 Marquim, São Caetano-PE. 2ª Secretário José Roberto Zank, Fazenda Rio Grande-PR. 1ª Tesoureira

421 Vanda Anselmo Braga dos Santos, Russas-CE. 2ª Tesoureira Sonja Kátia Marinho Costa Brito,  
422 Aliança do Tocantins-TO. Convites: a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato  
423 Grosso do Sul enviou Ofício de nº 1.946 de 2014 agradecendo ao Presidente Edivaldo Ramos pela  
424 costumeira atenção dispensada no 1º Encontro Estadual de Apoio Técnico a Gestão  
425 Descentralizada do SUAS aos municípios de Mato Grosso do Sul, realizada nos dias 26 e 27 de  
426 junho de 2014. Aniversariantes de julho: Edivaldo da Silva Ramos, dia 14”. A Conselheira Luziele  
427 complemento que a Secretária Valéria havia aniversariado no dia 17. **Informes do MDS**, pela  
428 Secretária Valéria Gonelli: “Bom dia Presidente Edivaldo. Parabéns, dia 14, a gente vai  
429 descobrindo. Bom dia para você também Dorinha, demais Conselheiros e Conselheiras. Novamente  
430 aqui, eu estava até comentando, nossa, o povo vai se enjoar de mim, estou aqui desde terça-feira.  
431 Eu vim também a pedido, eu vim passar os informes da Secretaria e do Ministério, mas também  
432 vim a pedido da Comissão de Financiamento para a gente também fazer o debate aqui sobre o  
433 orçamento no momento da pauta. Então acho que assim, os informes, eu só queria passar  
434 rapidamente, eu acho que a Dorinha já falou vários deles. Nós estamos fazendo este ano, nesse  
435 segundo semestre alguns eventos, queria noticiar aqui para vocês. Um deles hoje inclusive também  
436 a Denise não, ela sempre vem nesse momento dos informes, e está aqui, mas hoje ela também  
437 está na abertura agora, nós estamos abrindo aqui o primeiro, o ciclo do Centro-Oeste sobre  
438 trabalho social com famílias. Nós iniciamos o ano passado, no final do ano passado, e aí em  
439 fevereiro desse ano fizemos um primeiro encontro de alinhamento sobre, para colocar isso em  
440 debate, ou seja, a gente rever todo o processo do trabalho social com família, desenvolvido pelas  
441 unidades e pelos serviços socioassistenciais. E aí nós organizamos o que nós estamos chamando de  
442 um ciclo de debates. Primeiro fizemos duas oficinas o ano passado, depois fizemos esse encontro  
443 de alinhamento em fevereiro, e agora nós estamos com um circuito de cinco encontros regionais, o  
444 primeiro está começando hoje aqui no Centro-Oeste, a semana que vem no dia 04 e 05 nós  
445 teremos, semana que vem não, daqui a 15 dias, 04 e 05 de agosto vai ser em Curitiba da região  
446 Sul. Dia 21 e 22 de agosto nós vamos ter lá em Manaus, juntamente com a Graça também nessa  
447 organização. E no dia 04 e 05 de setembro nós vamos fazer o da região Sudeste na cidade de São  
448 Paulo. No dia 16 e 17 de setembro nós vamos está fazendo o último da região Nordeste em  
449 Fortaleza no Ceará. Então é o circuito de um Seminário para fomentar essa discussão por cada  
450 região do país, e no final do ano lá em novembro, nós vamos estar fazendo no dia 26, a previsão  
451 dia 26 a 28 de novembro, o Seminário Nacional de fechamento desse circuito onde a gente  
452 pretende aí de fato, pelo menos sair com parâmetros, com diretrizes orientadoras para o trabalho  
453 social com família, desenvolvido pelos profissionais nas nossas unidades, nos nossos centros de  
454 referência, por meio dos serviços. Então nós estamos nesse debate, então hoje e amanhã, então  
455 nós estamos discutindo família, o trabalho social com família e também nós estamos discutindo,  
456 aproveitando nesse momento também discutir a territorialização e a intersectorialidade, então eu  
457 acho que são discussões fundantes aí do Sistema Único de Assistência Social. Então nós estamos  
458 fazendo, ao mesmo tempo fazendo uma avaliação de tudo que já foi, de toda elaboração existente  
459 em cada lugar, em cada pedaço desse país, e numa troca fecunda de experiência, a gente pretende  
460 aí construir os parâmetros mais, vamos dizer assim, mais ajustados, com orientações mais  
461 concretas para todo o território nacional. Bom, então esse é o ciclo, esse informe do ciclo de  
462 trabalho social com famílias. Também a semana que vem, no dia 30, 31 e 1º, nós vamos está  
463 fazendo, eu creio que vocês já devem ter também, tido indicação aqui, nós vamos estar iniciando o

464 8º Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial. Nesse encontro a gente  
465 debate, já é o 8º, a gente faz ele todo ano, ele é um debate sobre todos os dados do censo, é onde  
466 a gente trabalha toda esta perspectiva de construção do novo censo, avalia, muda, altera, ou seja,  
467 é um trabalho muito desenvolvido pelo nosso Departamento de Gestão do SUAS, mais  
468 peculiarmente pela coordenação da vigilância socioassistencial. E a Secretaria, a SAGI que é a  
469 Secretaria de Gestão da Informação, na construção desse Seminário que já é a 8ª edição, a gente  
470 já tem ele como Seminário regular na perspectiva de construção da discussão no monitoramento  
471 do Sistema Único de Assistência Social no território nacional. Então vai ser dia 30 à tarde a  
472 abertura, e 31 e 1º é o desenvolvimento desse Seminário. Nós também vamos estar fazendo no dia  
473 06 e 07 de agosto um Encontro Intersetorial para discutir as ações estratégicas do PETI, ou seja,  
474 um pouco o programa que vocês, a revisão do programa do PETI que foi aqui deliberada nesse  
475 CNAS, então nós vamos também está trabalhando um processo de informação, inclusive com a  
476 saúde, com a educação, no período aí de 06 e 07. E o CNAS vem convite, não sei se já veio, mas  
477 tem a disponibilização de duas vagas aqui para participação do CNAS nesse Seminário, eu não sei  
478 se já chegou o convite, mas talvez fosse interessante vocês pensarem já nessas indicações para o  
479 dia 06 e 07 de agosto. Também no dia 26 e 27 de agosto nós estaremos fazendo um Seminário, o  
480 CNAS também não sei se já chegou o convite, mas deve estar chegando, um Seminário sobre a  
481 inclusão dos beneficiários do BPC no cadastro único, a gente vai estar trabalhando no dia 26 e 27  
482 de agosto esse encontro aqui em Brasília na perspectiva de fomentar e discutir com estados e  
483 municípios estratégias para fazermos esse processo de inclusão no cadastro único mais geral dos  
484 beneficiários do BPC. Só isso, acho que só tenho esses eventos, que já tem pelo menos aí até  
485 agosto, depois a gente vai ter outros. E todas essas informações elas estão, a gente vai  
486 disponibilizar aí no site para vocês estarem também acompanhando esses eventos e essas  
487 discussões. Bem, então acho que eu fico por aqui, e a gente volta a participar mais fortemente no  
488 debate do orçamento, também gostaria de manifestar aqui mais essa perda da nossa história, que  
489 é o Ariano Suassuna, e também lembrar que existe o envolvimento da família, acho que através  
490 pelo menos de uma das filhas que é gestora no município do Recife, a Rita. Da Secretaria  
491 Municipal, ela é Secretária Municipal, pelo menos até o início do ano ela estava, eu acredito que  
492 ela continue e está Secretária. Exato, é a Presidente do COEGEMAS lá do estado de Pernambuco,  
493 então acho que a gente também poderia estar pensando em fazer alguma menção para ela que é  
494 familiar, e que também faz parte desse nosso contexto da Política da Assistência Social. Então  
495 assim, além da perda, nós temos uma proximidade com um ente dessa família que está também  
496 vivendo essa perda. Aliás, ela é muito parecida com o pai, assim na fisionomia, e é um pouco isso,  
497 em período de três semanas nós perdemos quatro, três semanas nós perdemos quatro grandes  
498 intelectuais do Brasil, e acho que isso faz a gente pensar e sentir profundamente, acho que  
499 infelizmente é assim, a vida passa e as pessoas também se vão. E também acho que hoje é um dia  
500 não muito, porque também tem a notícia de mais um avião que caiu naquela região lá da Argélia,  
501 que ele se perdeu na verdade, provavelmente caiu, está sem notícia já há mais de 24 horas, com  
502 mais de 100 pessoas a bordo. E também acho que assim, e mais a notícia também da Palestina que  
503 eu acho que por aquele massacre que está acontecendo na Palestina que nós temos aí mais de um  
504 resultado de mais de 700 palestinos assassinados, mortos por todos os bombardeios israelense.  
505 Então acho que nós estamos num momento triste, eu acho que é, por isso que eu acho que assim, é  
506 legal a gente se levantar aqui para cima, trabalhar e pensar, eu acho que nesse fórum de forma

507 *positiva, porque as notícias embora no Brasil a gente esteja vivendo toda uma paz e um progresso,*  
508 *mas eu acho que no mundo a gente tem uma situação de guerra muito trágica. Então é importante*  
509 *a gente um pouco o que o Edivaldo faz, que em todo começo a gente pensar um pouco numa fé, na*  
510 *espiritualidade, até para a gente ter força e seguir em frente. Então bom dia também a todos, e a*  
511 *gente persegue aqui o dia, participando no processo da pauta. Muito obrigada.”O Presidente*  
512 *informou que conforme sugerido, encaminhariam uma correspondência para a família do escritor*  
513 *Ariano Suassuna. **Informes da CIT.** Indicou que a Comissão não havia tido reunião no mês de julho,*  
514 *com a próximo sendo dia 07 de agosto. A Secretária Valéria Gonelli informou que a pauta dessa*  
515 *reunião ainda não havia sido definida, falando sobre o processo de aceite para estados e*  
516 *municípios, esclarecendo essa questão e cujo tema seria apresentado na próxima reunião,*  
517 *además de outros citados. O Conselheiro Anderson informou que havia recebido essa pauta,*  
518 *ponderando que era muito extensa para ser trabalhada em apenas um dia, com a Secretária*  
519 *Valéria esclarecendo que essa era a pauta preliminar e não a definitiva. **Informes do FONSEAS.** A*  
520 *Conselheira Graça informou a indicação para Comissão Intersetorial do SINASE, tendo ficado na*  
521 *titularidade e a Sra. Célia Mota, Secretária de Roraima, na suplência. Registrou mudança da*  
522 *Secretaria de Estado de Assistência Social de Alagoas, sendo nomeada a Sra. Maria de Fátima*  
523 *Moreira Canuto Rocha, com reunião no dia 6 de agosto. **Informes do CONGEMAS,** pela*  
524 *Conselheira Maria Lúcia: “Bom dia Presidente Edivaldo, bom dia a nossa Vice-Presidente Luziele.*  
525 *Bom dia a nossa Secretária Adjunta Valéria. Queremos primeiro anunciar a presença aqui nesse*  
526 *plenário do Conselho Estadual de Assistência Social no Conselheiro Nipson, meu parceiro lá no*  
527 *estado de Pernambuco, bem como o Presidente do Conselho Municipal de Jaboatão dos*  
528 *Guararapes, o Conselheiro Josué, presente aqui nesses três dias, fortalecendo também os*  
529 *Conselhos Municipais e Estaduais através dessa troca conosco aqui do Conselho Nacional. Bom, o*  
530 *CONGEMAS quer informar que estará aqui em Brasília de 04 a 06 de agosto, com uma parceria*  
531 *com o Ministério também, de Desenvolvimento Social, fazendo uma capacitação para todos nós e*  
532 *elaborando um Plano de Ação para os dois anos dessa diretoria. A gente vai se reunir no Centro de*  
533 *Convenções Israel Pinheiro, ficaremos lá nesses dois dias. Também iniciaremos nesses dias o*  
534 *trabalho sobre os encontros regionais, discutir temas, as possibilidades, enfim, tudo que*  
535 *precisamos para ter aquela série de encontros regionais culminando com o Encontro Nacional.*  
536 *Reconhecer aqui pelo CONGEMAS a disponibilidade que temos tido no Departamento de Proteção*  
537 *Básica onde tem sido monitorado assim os Presidentes dos CONGEMAS, sobre o SISC, que é o*  
538 *Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e o ACESSUAS,*  
539 *porque houve uma renovação e alguns municípios entraram e outros não foram contemplados,*  
540 *mas o Departamento de Proteção Básica aqui na pessoa da Léa Braga, também Conselheira*  
541 *Nacional, tem feito todos os informes a tempo, tem se colocado a disposição para a gente fazer*  
542 *essas arrumações. Dizer para a Valéria que a gente também já tinha observado que a agenda está*  
543 *enorme, são muitos encontros, muitas programações, e isso o Conselho Nacional vai sentir, fica*  
544 *difícil para a gente ter representações, mas que é muito importante, a gente precisa se organizar,*  
545 *se capacitar para estar vendo essa alternância de pessoas que participam. Dizer que aqui também*  
546 *como pernambucana, do nosso amor e admiração a Ariano Suassuna, mesmo ele sendo paraibano,*  
547 *mas ele adotou Pernambuco por uma história pessoal, quando o pai dele foi assassinado na*  
548 *Paraíba, e ele não gostava nem dessa referência de ser paraibano, ele adotou completamente*  
549 *Pernambuco, e eu acho que numa resposta enorme o Brasil adotou ele. Como foi citado aqui, Ana*

550 Rita é nossa Presidente do Colegiado, e temos também num estado, na segurança alimentar e  
551 nutricional, a Mariana Suassuna, também filha dele, essa é ainda mais parecida com ele, muito  
552 alta, porque Ana Rita parece o rosto, a simplicidade, a doçura, mas é muito pequenininha, e a  
553 Mariana é enorme, é como ele. Então a pessoa que três dias, quatro dias estava há 250  
554 quilômetros na cidade de Garanhuns lá em Pernambuco, fazendo sua aula espetáculo. Que quem  
555 não teve a oportunidade de ver presencialmente, mas viu já em vídeos, e ele era fantástico, ele  
556 realmente se superava. Então tem uma mensagem circulando de um pernambucano que pediu que  
557 por enquanto não cite o nome, que com certeza ele está sendo inspirado pelo próprio Ariano. Vou  
558 ler só um pouquinho, porque ela é muito grande, mas está muito parecida com ele. 'Ariano  
559 Suassuna arrudeia o céu, digam logo que é mentira, desdigam essa bestagem de que a notícia é de  
560 verdade, verdadeira, que houve morte morrida. Falem aí que eu não tenho literatura se acabando  
561 em choro, não tem cabra macho das letras se arriando ao contrário para o meio céu. Oxe, avise  
562 que ele é pai de Chicó, que brinca de morrer, morre, desmorre e ressuscita com a gaita de João  
563 Grilo, depois corre para dançar. Dançar com as palavras. Chamem a Compadecida para dar colo ao  
564 nosso susto, mainha, a gente não quer ser filho de um mundo sem o talento monstruoso de um  
565 homem assim. Cadê o panquim, acabou o aperreio, o nosso mestre não deu pinote, a vida não foi  
566 piranguera nos seus 32 mil dias de reinação. Viva Ariano Suassuna." **Informes dos Conselheiros.** O  
567 Presidente informou que alguns Conselheiros já haviam feito seu relato anteriormente, mas com  
568 alguns membros do CNAS procedendo a esse relato. Conselheiro Anderson: "Bom dia. Presidente,  
569 Vice-Presidente, Secretária-Executiva, Conselheiros, Conselheiras, visitantes. Eu queria Presidente  
570 trazer o informe rápido, como a gente teve esse mês da Copa, e para nós principalmente no Brasil  
571 que está em situação de rua, quero ressaltar aqui junto com o companheiro Samuel que é do  
572 Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos que atua em Belo Horizonte, a gente teve muita  
573 pouca violação no sentido da Copa como esperado, qual a população em situação de rua, isso é  
574 muito importante. Mas a gente fez atividades, eu queria só informar que em São Paulo nós  
575 conseguimos movimento, ação educativa com os parceiros, criar o futebol da rua, com 24 países e  
576 com apoio do governo municipal, com seis Secretarias, a Secretaria Municipal de Assistência Social,  
577 Cultura, Esporte, Educação, e a abertura do futebol calejeiro foi no Pacaembu, olha que alegria,  
578 enquanto muitos estavam preocupados lá com a Copa, a abertura do futebol foi no Pacaembu,  
579 com 24 países, 300 jogadores, jovens até os 18 anos em situação de rua. E para dizer, também o  
580 Brasil não ganhou, quem ganhou foi outro país, mas jogou no final o Irã e Uruguai, e Uruguai  
581 ganhou do Irã. Mas o que eu quero dizer é que a gente fez o futebol muito legal. E o final do  
582 futebol foi na avenida mais importante de São Paulo, a Ipiranga com a São João. Como diz Caetano  
583 Veloso, alguma coisa acontece no meu coração. Então nós fizemos um futebol onde foi muito  
584 bonito, a sociedade gostou, aplaudiu, com todo apoio do governo municipal, entidades, parceiros,  
585 e é nesse sentido que a gente quer trazer. A violência está nossa cabeça e a gente tem que tirar da  
586 nossa cabeça e levar. Então eu quero trazer muito isso, de dizer que teve muitos exemplos de  
587 trazer isso aqui, a gente acompanhou nas 12 cidades sede da Copa, tanto o movimento, como  
588 entidades parceiras, estávamos acompanhando as violações, infelizmente a maior violação que  
589 nós tivemos foi no Rio de Janeiro com a população em situação de rua, um pouco em Porto Alegre  
590 pelo sentido de algumas questões mais policiais. Mas eu quero só ressaltar isso, nós não  
591 trouxemos o caneco, mas nós trouxemos cidadania, dignidade, respeito, nos 12 estádios estavam  
592 lá os catadores trabalhando, coletando material reciclável, todas as cooperativas, em todos os

593 *espaços da Fifa Fan Fest, os catadores também estavam trabalhando, catadores e catadoras, não*  
594 *era terceirizada, eram as cooperativas e associações, eu acompanhei muito perto disso em alguns*  
595 *lugares lá em São Paulo. Então eu só quero dizer que para nós é uma alegria de trazer, e de*  
596 *vivenciar isso, é claro que tivemos problemas, algumas dificuldades, mas de alavancar isso. Então*  
597 *a Copa da rua foi um sucesso lá em São Paulo, e a gente vai trabalhando com isso, e dizendo que é*  
598 *possível fazer uma Copa com inclusão social, com participação, muito legal. Só isso Presidente,*  
599 *obrigado.”* Conselheiro Thiago: *“Bom dia Sr. Presidente. Quero renovar meus protestos de*  
600 *felicidade por conta do seu aniversário, Sra. Secretária Valéria, demais Conselheiros, equipe*  
601 *técnica, visitantes, e em especial Secretária-Executiva do Conselho Municipal de São Paulo, a*  
602 *Suzana, me acompanhou muito tempo. O Sr. Presidente do Conselho Municipal de São Paulo que*  
603 *está aqui, o pessoal do CONSEAS, saudar a todos. E não é um informe Sr. Presidente que eu tenho*  
604 *aqui, é um pleito da Sociedade Civil, faço a voz dela. E nós gostaríamos de encaminhar esse pleito*  
605 *para a Secretaria-Executiva, o qual eu vou ler agora nesse momento. “Brasília, 22 de julho de 2014.*  
606 *Ao Conselho Nacional de Assistência Social, Brasília – Distrito Federal. Aos cuidados da Secretária-*  
607 *Executiva, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho. Prezada senhora, nós Conselheiros desse*  
608 *egrégio Conselho, representantes da Sociedade Civil, legitimamente eleita em escrutínio específico,*  
609 *servimos da presente por expor em nome desta e requerer o quanto segue. Considerando a recente*  
610 *eleição de um representante da Sociedade Civil a fim de ocupar pelo mandato que a lei determina*  
611 *a presidência desse egrégio Conselho, considerando a dedicação que o mesmo terá que ter a fim*  
612 *de enfrentar os desafios do nobre cargo que ocupa. Considerando que quando da ocupação da*  
613 *presidência por um representante governamental este, com ou sem identificação exclusiva, não*  
614 *somente por residir no Distrito Federal, como por ocuparem normalmente as funções do*  
615 *Ministério, não estão deixando de exercer uma função em suas vidas privadas para o Ministério*  
616 *que o cargo exige. Considerando por analogia o funcionamento de outros Conselhos paritários*  
617 *dessa república, é a presente para expor e requerer ao final o quanto segue. 1: tendo em vista que*  
618 *o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONAD e o Conselho Nacional de*  
619 *Saúde – CNS pagam a mesma diária ao acompanhante de pessoa com deficiência, julga-se ser de*  
620 *extrema valia que se pleiteie junto a administração do CNAS a igualdade dos valores pagos aos*  
621 *seus representantes e acompanhantes. 2: a solicitação que se faz fundamenta-se no fato de que*  
622 *salvo melhor juízo, a diária do acompanhante deveria ser igual ao do Conselheiro, a fim de se*  
623 *cumprir o disposto no Decreto nº 7.613 de 17 de novembro de 2011, que altera o Decreto 5.992 de*  
624 *19 de dezembro de 2006, o qual dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração*  
625 *federal direta, autárquica e fundacional. A alteração mais específica que se refere é aquela contida*  
626 *no § 3º do Artigo 3º-B que dispõe: “Artigo 3º-B: aplica-se o disposto nesse decreto ao servidor ou*  
627 *colaborador eventual que acompanhar servidor com deficiência em deslocamento a serviço. § 3º: o*  
628 *valor da diária do acompanhante será igual ao valor da diária do servidor acompanhado.” 3: é*  
629 *importante observar que não se pode instituir uma tabela de valor de diária diferenciada ao*  
630 *acompanhante, pois o mesmo diploma normativo supracitado no seu § 1º do Artigo 10 dispõe: “§*  
631 *1º: o dirigente do órgão concedente da diária estabelecerá o nível de equivalência da atividade a*  
632 *ser cumprida pelo colaborador eventual com a tabela de diárias, ressalvado o disposto no § 3º do*  
633 *Artigo 3º-B.” 4: há um entendimento da Conjur no sentido de que o decreto é destinado apenas*  
634 *aos servidores públicos, o que impede de aplicá-los aos Conselheiros, mais especificamente no que*  
635 *tange a oferta do direito do Conselheiro se valer do uso de um acompanhante. Respeita-se a*



636 opinião em contrário, mas não é o melhor entendimento, senão vejamos: “é de bom alvitre  
637 mencionar que o colaborador eventual não pode ser recrutado para realizar atividades comuns,  
638 ordinárias na administração pública. A contratação deve levar em consideração a especialidade,  
639 capacidade técnica ou honorabilidade do escolhido e deve ser realizada para atividades específicas  
640 o serviço técnico especializado, sempre de natureza eventual.” 5: considerando que o  
641 acompanhante de pessoa com deficiência não realiza uma atividade comum, este pode ser  
642 considerado um colaborador eventual, conforme a definição mencionada. 6: não é diferente a  
643 menção que se tem do Artigo 10 do Decreto 7.613 o qual menciona no Artigo 4º da Lei nº 8.162 de  
644 08 de janeiro de 1991, o qual dispõe: “Artigo 4º: correrão a conta das dotações orçamentárias  
645 próprias dos órgãos interessados, consoante se dispuserem em regulamento as despesas de  
646 deslocamento, de alimentação, de pousada dos colaboradores eventuais, e grifa-se: inclusive  
647 membros de Colegiados integrantes de estrutura regimental de Ministério, termina o grifo, e das  
648 Secretarias da Presidência da República, quando em viagem de serviço. Redação dada pela Lei  
649 8.216 de agosto de 1991. 7: percebe-se que ao inserir no mesmo dispositivo, o colaborador  
650 eventual e o membro de órgãos Colegiados, torna-se patente a intenção de se estabelecer a  
651 igualdade de tratamento. Nunca é demais lembrar que em se considerando que as diárias servem  
652 para cobrir despesas com a hospedagem, alimentação e transporte local, as quais dadas a  
653 necessidade de acompanhar o Conselheiro, também serão executados pelo acompanhante, este  
654 terá naturalmente os mesmos gastos. Desta feita, é presente para se requerer que esse digno  
655 Conselho: a- provenha de elementos materiais o ímpeto representante da Sociedade Civil, não  
656 somente pela relevância do cargo que ocupa, mas também visando exercer sua função pública  
657 com a responsabilidade que o cargo lhe requer, tais como telefone celular funcional e automóvel  
658 no Distrito Federal para seu deslocamento. Afora a diária que este recebe. B- seja concedido ao seu  
659 acompanhante o mesmo valor da diária que lhe é outorgado, tudo pela melhor interpretação da  
660 matéria que se expôs na presente, visando atingir-se a tão preconizada, paridade entre o governo  
661 e Sociedade Civil. Nesses termos contando com a vossa inquestionável interferência sobre a  
662 matéria, desde já em nome da Sociedade Civil que compõe esse Conselho, subscrevemo-nos e  
663 aguardamos um posicionamento formal. Atenciosamente, assinam esse requerimento: Fundação  
664 Fé e Alegria do Brasil, Raimunda Nonata Cadó; Fundação Dorina Nowill para Cegos, Thiago  
665 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral; União Brasileira de Educação e Ensino, Cláudia Laureth  
666 Faquinote; Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento, Naelson da Silva Ferreira; Lar  
667 Fabiano de Cristo, Márcia de Carvalho Rocha por delegação. PIA Sociedade de São Paulo, Dulcinéia  
668 Reginato Francisco; Organização Nacional de Cegos do Brasil, Alceu Kuhn; Movimento Nacional de  
669 População de Rua, Anderson Lopes Miranda; Associação Brasileira de Educadores e de Deficientes  
670 Visuais – ABEDDEV, Edivaldo da Silva Ramos; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Jucileide  
671 Ferreira do Nascimento; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Patrícia Alves  
672 Vieira; Conselho Federal de Psicologia, Leovane Gregório; FENATIBREF, Clátia Regina Vieira; Fórum  
673 Nacional da População de Rua, Samuel Rodrigues; Organização Nacional das Entidades de  
674 Deficientes Físicos – ONEDEF, Carmem Lúcia Fogaça; FENAS – Federação Nacional dos Assistentes  
675 Sociais, Margareth Alves Dallaruvera; ABRA – Associação Brasileira de Autismo, Eufrásia Agizzio;  
676 Instituto Eco Vida, Aldenora Gomes Gonzalez.” Portanto Sr. Presidente, eu passo aqui, é um pleito  
677 da Sociedade Civil, em nome dessa eu passo a Sra. Secretária-Executiva para dar os  
678 encaminhamentos necessários de uma manifestação acho que do coletivo aqui, que a gente acha e

679 *entende absolutamente legítima, e ela cumpre a finalidade da LOAS no atendimento a questão da*  
680 *paridade, governo e Sociedade Civil. Muito obrigado.”* Conselheiro Samuel Rodrigues: *“Bom dia*  
681 *Presidente. Bom dia Srs. Conselheiros. Bem rapidamente para tratar de três informes. A gente*  
682 *falou aqui na última reunião sobre a realização do Congresso do Movimento Nacional, que o*  
683 *Fórum Nacional também ajudou a preparar, eu faço uso da palavra nesse momento para*  
684 *agradecer ao MDS que foi também um dos parceiros na pessoa do Jarbas, de um servidor do MDS,*  
685 *que foi um dos parceiros que contribuiu para a realização desse Congresso. Mais uma vez dizer*  
686 *para os senhores, sou suspeito para falar, mas que foi uma maravilha, foi uma grande maloca, foi*  
687 *um evento fantástico, de uma população de rua, pesquisada inclusive, aí os companheiros do MDS*  
688 *sabem disso, pesquisada em 2007 numa primeira pesquisa, onde apenas 2% da população de rua*  
689 *respondeu aquela pesquisa dizendo que já tinha participado de alguma atividade política ou que*  
690 *pertencia a algum grupo, e hoje a gente consegue fazer uma reunião, uma grande reunião com*  
691 *representantes de 11 estados da federação, isso se deve a um trabalho de mobilização de vários*  
692 *parceiros, de várias entidades colaboradoras, e também dos Ministérios, em especial do MDS que*  
693 *foi quem primeiro encampou essa discussão conosco. Então fica aqui o agradecimento. Informar*  
694 *que no dia 07 nós estaremos participando do diálogo entre a Sociedade Civil e o governo, aquele*  
695 *encontro da Secretaria-Geral da Presidência, e dizer que no Centro Nacional de Defesa tem*  
696 *recebido uma série de denúncias de violação de direitos, e muitas dessas violações vêm na linha de*  
697 *violações ocorridas dentro de equipamento de convivência ou de abrigamento, e nós estamos nos*  
698 *organizando melhor no centro para fazer com que as violações pertinentes, pelo menos ocorridas*  
699 *nesses espaços, espaços da Assistência Social, e a gente pretende também encaminhar para esse*  
700 *Conselho para que todos tenham ciência, e até para que juntos a gente possa também ver a*  
701 *melhor, o melhor encaminhamento, a melhor orientação para fazer. A gente tem percebido, o*  
702 *equipamento muitas vezes instalado na cidade, mas o pessoal completamente despreparado para*  
703 *lidar com a coisa, e as violações ocorrendo no âmbito dos equipamentos, isso eu tenho certeza que*  
704 *não é isso, que ninguém aqui pretende, mas acho que é bom que todo mundo tenha conhecimento*  
705 *disso. Obrigado”.* Conselheira Clátia: *“Bom dia a todos e a todas. Bom dia ao Conselho. Bom dia Sr.*  
706 *Presidente. Mais uma vez parabéns pelo aniversário, e aproveito para parabenizar a todos que*  
707 *aniversariaram nesse mês. Eu gostaria de compartilhar aqui com vocês um evento que vai estar*  
708 *acontecendo aqui em Brasília, que é o Festival de Latinidades. E por não, nesse ano de 2014 nós*  
709 *temos a instituição da Lei 12.987 sancionada pela Presidenta Dilma, que institui 25 de julho,*  
710 *amanhã, como Dia Nacional da Mulher Negra. Não mais, não menos, no ano onde a gente*  
711 *comemora o centenário da escritora, mulher negra de favela, Maria Carolina de Jesus, e o*  
712 *centenário do ator e escritor Abdias Nascimento. Essa data para nós que somos da militância de*  
713 *gênero, na questão racial é muito importante, porque é importante que possamos dar visibilidade*  
714 *a luta do movimento negro e a luta das mulheres negras. E eu fico muito feliz, porque na minha*  
715 *representação dos empregados aqui da Sociedade Civil, consigo identificar no primeiro segmento,*  
716 *no fundamental e no ensino médio, uma camada bastante representativa de mulheres negras.*  
717 *Então eu convido a todos e a todas, o evento está acontecendo no Museu da República aqui de*  
718 *Brasília, teve início ontem, vai até o dia 28, segunda-feira, entre algumas discussões na atividade*  
719 *cultural a gente tem representações do meu estado, a cantora negra, Elza Soares, a cantora de*  
720 *samba Martinália, filha do Martinho da Vila, e o cantor Diogo Nogueira. E teremos também a*  
721 *presença da líder norte-americana Angela Davis, que vai estar dando uma palestra amanhã as*

722 19h, para quem não lembra, Angela Davis, uma liderança negra que fazia parte das panteras  
723 negras. E assim, é um momento ímpar para o movimento de mulheres, para o movimento negro e  
724 para a sociedade brasileira. Eu trago essa questão aqui porque a questão do enfrentamento ao  
725 racismo e ao machismo, não é uma questão somente da comunidade negra, é uma questão da  
726 sociedade brasileira. E sabendo nós que estamos aqui no foco na Política da Assistência,  
727 conhecemos bem essa clientela da Assistência, que temos também um número bastante  
728 significativa de mulheres negras e de homens negros. Fica aqui o convite a todos, o evento é  
729 totalmente gratuito. Obrigada.” O Presidente indicou inversão de pauta, considerado que o Relato  
730 da Comissão de Financiamento ainda não estava pronto para apresentação, passando ao Relato da  
731 Comissão de Política, não havendo nenhuma objeção pelo Pleno. **Item Relato da Comissão de**  
732 **Política**, pelo Conselheiro Anderson: “Comissão de Política de Assistência Social, julho de 2014.  
733 Reunião 04 de 2014. Datas e horários: 22/07/2014 das 14h às 18h, e 23/07/2014 das 9h às 12h30.  
734 Local: Conselho Nacional de Assistência Social, Esplanada dos Ministérios, anexo ao bloco F, ala A,  
735 Sala 108. Conselheiros e Conselheiras presentes: Anderson Lopes Miranda, Coordenador; Ana Lúcia  
736 Lima Starling, Edivaldo da Silva Ramos, Elisabeth de Sousa Hernandez, Eufrásia Agizzio, José Crus,  
737 Jucileide Ferreira do Nascimento, Juliana Picoli, Margareth Alves Dallaruvera e Maria das Graças  
738 Soares Prola. Ouvintes, Ana Paula Gonçalves, da Secretaria Nacional, DRSP, Secretaria Nacional de  
739 Assistência Social; Ana Lúcia Soares, FNT/SUAS e ABRATO; Carlos Nambu, COMA/SP; Daniel  
740 Martins Silva, COMA/SP; Domingos Sávio França, SEAS/PE; Gislene Ferreira Américo, COMA/SP;  
741 Liliane Neves, DPSB, Secretaria Nacional de Assistência Social; Marlene Merissi, SEPEAS; Mariana  
742 Lélis Moreira, Secretaria Nacional de Assistência Social; Marly Pulini da Costa, CONSEAS/SP;  
743 Mônica Alves Silva, Secretaria Nacional de Assistência Social; Nipson Richard Oliveira de Freitas,  
744 SEAS/PE; Dhan Kienen, Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro; Valéria Reis  
745 Ribeiro, LBV e COMA/SP. Secretaria Executiva, Maria Auxiliadora Pereira, Dorinha, Carolina Ribeiro  
746 e Maria Antônia Pereira Valente. Ponto 01. Coordenador e Coordenadora Adjunta da Comissão de  
747 Política, conforme consta no regimento interno do Conselho Nacional de Assistência Social, no seu  
748 Artigo 38, cada Comissão Temática terá um Coordenador e uma Coordenadora, ou Coordenador  
749 Adjunto, escolhido dentro os seus membros titulares. A Comissão de Política, na gestão 2014/2016,  
750 terá sua coordenação exercida pelos representantes da Sociedade Civil, o Conselheiro Anderson  
751 Lopes Miranda, foi indicado Coordenador e a Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, indicada  
752 Coordenadora Adjunta da Comissão de Política de Assistência Social. 02 – Informes da Secretaria  
753 Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social, sobre o funcionamento das comissões. A  
754 Coordenadora Técnica da Coordenação de Política, Maria Auxiliadora Pereira, apresentou aos  
755 Conselheiros e Conselheiras a dinâmica de funcionamento da Comissão da Secretaria Executiva do  
756 Conselho Nacional de Assistência Social, visando melhor compreensão da função da Comissão de  
757 Política de Assistência Social. Ponto 03 – Apreciação da minuta de resolução qual altera datas  
758 estabelecidas na resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, número 24/2013, que trata  
759 do cofinanciamento federal para as ações de capacitação e de formação do Capacita/SUAS,  
760 referente ao exercício de 2014. Após a aprovação do Conselho Nacional de Assistência Social, da  
761 Resolução número 08/2012, que institui o Programa Nacional de Capacitação/SUAS,  
762 Capacita/SUAS, e aprovou o seu cofinanciamento para 2012, o Conselho Nacional de Assistência  
763 Social aprovou a Resolução número 24/2013, que define os critérios de partilha do  
764 cofinanciamento federal para o programa referente aos exercícios de 2013 e de 2014. Esse

765 programa requer uma gestão compartilhada e participativa. Todos os 26 estados e o Distrito  
766 Federal possuem seus planos de capacitação pactuados na CIB, e aprovados pelos Conselhos  
767 Estaduais. Os Governos Estaduais e do Distrito Federal são responsáveis pela contratação das  
768 Instituições de Ensino Superior, IES. O processo de implementação do Capacita/SUAS, no geral, tem  
769 sido exitoso e a avaliação tem sido positiva, tanto do ponto de vista dos trabalhadores do Sistema  
770 Único de Assistência Social, como das instituições de ensino superior envolvidas. O propósito da  
771 alteração dos prazos da Resolução CNAS número 24/2013, visa possibilitar aos entes federados,  
772 mais tempo para viabilizar a contratação das instituições de ensino superior, IES.  
773 Encaminhamento. A Comissão recomenda a plenária a aprovação da Resolução Anexo I , que  
774 altera a Resolução número 24, de 27 de setembro de 2013, do Conselho Nacional de Assistência  
775 Social, CNAS, com vistas a estabelecer critérios de partilhas para o cofinanciamento de 2014. Ponto  
776 04 – Planos de ação da Comissão de Política, Gestão 2014/2016. A partir da leitura e discussão da  
777 proposta do plano de ação, da Comissão de Política para o período 2014/2016, foram feitos  
778 ajustes de ações, estratégias e operacionalizações, bem como acréscimos de temas intersetoriais  
779 importantes para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. A Comissão de Política  
780 Pública fará o monitoramento do seu plano de ação a cada três meses. Encaminhamento. A  
781 Comissão recomenda à plenária. 4.1 – Priorizar as ações previstas no plano de ação para os  
782 próximos três meses, agosto/2014. Pacto de aprimoramento da gestão estadual, com a presença  
783 do MDS, do FONSEAS e CONGEMAS. Setembro/2014. Intersectorialidade e o fortalecimento do  
784 Sistema Único da Assistência Social, agenda conjunto CNAS e CONANDA. Outubro/2014. Pacto de  
785 aprimoramento da gestão municipal, com a presença do MDS, FONSEAS e CONGEMAS. 4.2 –  
786 Encaminhamento da Comissão de Política à Presidência Ampliada.” Ontem nós já propusemos  
787 isso, é só para... “Incluir na agenda do pleno do Conselho Nacional de Assistência Social, dos meses  
788 de agosto e setembro, alguns temas que constavam no Plano de Ação da Comissão, por considerar  
789 que estamos em final de gestão governamental e esses temas são relevantes a interesse de todo o  
790 colegiado, quais sejam: Plano Brasil Sem Miséria, Plano Brasil Carinhoso, Programa Crack, é  
791 possível vencer, Plano Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência, Viver Sem Limites. A  
792 apresentação pelo MDS e órgãos coordenadores, do balanço dos impactos dos planos e programas  
793 na Assistência Social; Convidar para a participação na reunião dos Conselhos envolvidos, nos  
794 planos, em função da temática. Garantir na programação das reuniões regionais do Conselho  
795 Nacional de Assistência Social debate sobre as especificidades e particularidades regionais,  
796 vivenciadas pelo Conselho de Assistência Social. Estabelecer critérios de indicação de  
797 representantes do Conselho Nacional de Assistência Social para eventos considerados expertises,  
798 nos assuntos tema. 4.3 – A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social  
799 encaminhará o plano de ação da Comissão de Política de Assistência Social para os integrantes da  
800 Comissão contribuírem com a sistematização e, em consonância ao debatido nesta reunião, com  
801 prazo de retorno estabelecido para 31 de julho de 2013.” O Conselheiro Anderson informou ter  
802 recebido um ponto para acrescentar: “propor a instituição da Comissão de Acompanhamento ao  
803 Capacita/SUAS.” O Presidente esclareceu que não havia como oficializar a última pauta, por não  
804 ter sido discutida na Comissão, observando que poderia ser apresentada ao Pleno em outro  
805 momento, mas não nesse relato da Comissão. O Presidente observou que como essa resolução  
806 alterava os critérios de partilha, consultava a Secretaria sobre a necessidade de voto qualificado,  
807 com o Conselheiro José Crus esclarecendo que não havia alteração, apenas prorrogação das datas.

808 O Conselheiro Thiago esclareceu que na reunião da Sociedade Civil o Coordenador não havia  
809 estado presente, sendo colocada a criação de uma Comissão, assim como a de Acompanhamento  
810 aos Benefícios do Programa Bolsa Família e que poderia ser incluída no 4.2. O Presidente acatou a  
811 sugestão, mas que no momento não seria conveniente, considerando que a Comissão não havia  
812 discutido o assunto, mas que o mesmo seria tratado em outro momento. O Conselheiro José Crus  
813 observou que esse debate poderia ser feito depois, sendo função da Comissão de Política e que a  
814 Conselheira Jucileide havia colocado o tema e discutido pela Comissão, que já tinha um  
815 posicionamento, inclusive com a participação da Sociedade Civil nesse encontro. O Presidente  
816 ponderou que se a comissão tinha esse entendimento, de inclusão do item, não haviam nenhum  
817 problema a respeito. O Conselheiro Leovane solicitou que a comissão explicasse os motivos para  
818 essa prorrogação de prazo. O Conselheiro José Crus falou sobre o que havia sido discutido na  
819 Comissão sobre capacitação e o cofinanciamento recebido pelos estados em 2012, com ampla  
820 discussão da Resolução 24/2013 por esses entes. Relatou a situação existente, com alguns em  
821 execução e outros em fase de licitação com as instituições de ensino para a execução desses  
822 cursos, com essa norma apoiando essas ações, esclarecendo a necessidade de prorrogação dos  
823 prazos colocados anteriormente e para que todos os estados cumprissem essa agenda de  
824 capacitação. Após esse esclarecimento, o Conselheiro Leovane manifestou-se contemplado. O  
825 Conselheiro Anderson falou sobre o debate realizado na Comissão e que não era contemplado em  
826 sua integralidade no Relato, mas existindo o comprometimento da coordenação do  
827 Capacita/SUAS, da SNAS, do MDS sobre a questão, com o Presidente destacando que discutiriam o  
828 tema após o encerramento do item em tela. A seguir, passou para a leitura da Resolução, pelo  
829 Conselheiro Anderson: *“Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução número... De 2014,*  
830 *altera a resolução número 24, de 27 de setembro de 2013, do Conselho Nacional de Assistência*  
831 *Social, CNAS, com vistas de estabelecer critérios de partilha para o cofinanciamento de 2014. O*  
832 *Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 22, 23 e 24*  
833 *de julho de 2014, da competência conferida pelo Artigo 18, da Lei número 8.742, de 02 de*  
834 *dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, resolve: Artigo 1º - O inciso II, do*  
835 *Artigo 4º, do § 4º, Artigo 7º, passam a vigorar com a seguinte redação.” Artigo 4º fica como está,*  
836 *não muda absolutamente nada. “§ 2º, 2014 – Deverão ter assinado até 28 de novembro de 2014, o*  
837 *contrato, convênio ou termos de cooperação com as instituições habilitadas e credenciadas nas*  
838 *redes nacionais de capacitação e educação permanente, do Sistema Único de Assistência Social,*  
839 *referente à execução do Capacita/SUAS, de 2013 e 2014.” Artigo 7º também mantém. “§ 4º - Os*  
840 *estados e o Distrito Federal que comprovarem à Coordenação Geral da Gestão do Trabalho, do*  
841 *Sistema Único de Assistência Social, do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência*  
842 *Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social, CNAS/MDS, até a data de 03 de novembro de*  
843 *2014, a instituição ou a designação de equipe responsável pelo Núcleo de Educação Permanente*  
844 *do Sistema Único de Assistência Social, receberão um acréscimo de 10% do valor base do*  
845 *cofinanciamento por capacitando. Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua*  
846 *publicação. Edivaldo da Silva Ramos. Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.”* O  
847 Presidente indagou se havia algum questionamento, Em não havendo, considerou a Resolução  
848 aprovada pelo Pleno. A seguir, o Presidente, não havendo nenhum questionamento, retomou o  
849 item que havia ficado em suspenso, sobre a proposta de criação da Comissão de  
850 Acompanhamento do Capacita/SUAS. A Conselheira Luziele parabenizou o Conselheiro Anderson

851 pela sua coordenação, sendo importante que um usuário da Assistência Social estivesse na  
852 coordenação da Política. Após algumas considerações, sugeriu que não se criasse uma nova  
853 Comissão, com a Comissão de Política podendo pensar em uma maneira de monitorar o  
854 Capacita/SUAS, programa que integrava a Política Nacional de Educação Permanente e do SUAS  
855 para informar o Pleno. O Conselheiro José Crus falou sobre o debate realizado na Comissão, e o  
856 que havia sido colocado na gestão passada, que o CNAS acompanharia as aulas inaugurais e  
857 participando desse processo em todas suas fases. Concordava com a Conselheira Luziele que não  
858 seria criar mais uma Comissão, para penas esse Programa, considerando haver vários outros.  
859 Ressaltou a importância dessa matéria para a Comissão de Política, mas que não havia sido  
860 incluída no relato, considerando que não seria possível traduzir nesse resumo tudo o que havia  
861 sido discutido. Esclareceu que a estratégia seria incluir na pauta das reuniões regionalizadas e  
862 trimestral a pauta do Capacita/SUAS com os Conselhos Estaduais, considerando o papel  
863 fundamental que tinham na operacionalização e execução das ações de capacitação. A  
864 Conselheira Jucileide falou sobre a discussão que havia sido realizada, estando previsto na meta  
865 01, da Comissão de Política, acompanhar o monitoramento, sugerindo que essa fosse novamente  
866 analisada e discutida na Comissão de Política, sendo esse retorno o melhor encaminhamento. O  
867 Presidente indicou que esse seria o seu encaminhamento, passando para a Conselheira  
868 Raimunda, que dizendo-se contemplada, solicitou esclarecimentos se no momento em que uma  
869 Comissão trazia os seus encaminhamentos, como Conselheira poderia fazer proposições, podendo  
870 fazer contribuições, o que foi confirmado e com a Conselheira Luziele considerando pertinente a  
871 colocação da Conselheira Raimunda. O Conselheiro José Crus concordou com essa colocação, mas  
872 com cada Comissão tendo seus temas específicos, o que não impedia contribuições dos demais.  
873 Ponderou que o encaminhamento da Conselheira Jucileide era bastante pertinente, sendo que  
874 fariam os ajustes necessários, com a Comissão de Política passando para os Conselheiros o  
875 acompanhamento do programa Capacita/SUAS no que fosse de sua competência. O Conselheiro  
876 Leovane falou sobre o recurso usado nesse programa, tendo que haver monitoramento das suas  
877 ações. Que estavam prorrogando prazos para que os estados se organizassem, considerando a  
878 importância da capacitação, não precisando de uma Comissão especial e que a Comissão de  
879 Política tinha que tratar com muita consideração, indicando, também, o trabalho realizado pelo  
880 IBGE. O Conselheiro Samuel registrou o desejo da Sociedade Civil do CNAS em melhor conhecer e  
881 acompanhar essa temática, considerando a importância da capacitação do trabalhador. O  
882 Conselheiro Anderson reforçou a fala da Conselheira Jucileide, com esse debate voltando muito  
883 forte para a Comissão de Política, considerando a importância do Capacita/SUAS. Relatou o  
884 trabalho que seria desenvolvido pela Comissão de Política, sugerindo à Conselheira Raimunda que  
885 se quisesse, poderia propor uma pauta e encaminhar para a Comissão. Falou sobre a importância  
886 do Capacita/SUAS na defesa do SUAS. Destacou a colocação do Conselheiro Samuel sobre as  
887 denúncias no Disque 100 sobre o equipamento, falando sobre a diminuição de algumas denúncias  
888 e o aumento de outras, relativas aos trabalhadores da Assistência Social, o que evidenciava a  
889 importância do Capacita/SUAS e que a Comissão de Política daria continuidade a essa questão. O  
890 Presidente indagou ao Pleno se havia consenso quanto ao encaminhamento proposto pela  
891 Conselheira Jucileide de que o assunto volte para a Comissão de Política, o que foi acatado. O  
892 Presidente cumprimentou o Conselheiro Anderson pelo brilhante trabalho, no que foi  
893 acompanhado pelo Conselheiro José Crus. O Presidente passou para o **Item Relato da Comissão**

894 **de Financiamento**, pela Conselheira Fátima Rampin: *“Memória da reunião da Comissão de*  
895 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Julho/2014. Data: 22 e 23/07/2014. Horário: Dia*  
896 *22, das 14h às 18h; e dia 23, das 9h às 12h. Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo, 1º andar.*  
897 *Conselheiros presentes, Fátima Aparecida Rampin, Coordenadora Adjunta; Fábio Moassab Bruni;*  
898 *Zilene Santana Silva Rabelo; Samuel Rodrigues; Leovane Gregório; Patrícia Alves Vieira; Carmem*  
899 *Lúcia Lopes Fogaça. Convidados. José Geraldo França Diniz, Coordenador Geral de Orçamento,*  
900 *Finanças e Contabilidade, do Ministério da Previdência Social; Dulce Helena Alves Vaz Martins,*  
901 *Diretora Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, SNAS/MDS; Laurimara Almeida*  
902 *Campos, Chefe de Divisão de Execução Orçamentária, MDS/SNAS; Valéria Maria de Massarani*  
903 *Gonelli, Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta, Gabinete da SNAS; Adailton Amaral*  
904 *Leite, Assessor do Gabinete; Secretaria Executiva. Brechhara Miranda; Suzane Gonçalves; Talita*  
905 *Heleto. 22/07/2014. 01 – Processo de elaboração e aprovação do orçamento da Assistência Social*  
906 *e o controle social, capacitação. O Coordenador Geral de orçamentos, finanças e contabilidade do*  
907 *MPS, José Geraldo França Diniz, realizou a capacitação sobre o processo de elaboração e*  
908 *aprovação do orçamento, que tinha por objetivo subsidiar os membros da Comissão no processo*  
909 *de avaliação da proposta orçamentária para o exercício de 2015. Portanto, foram tratados os*  
910 *pontos essenciais da fase de elaboração e os antecedentes a ela. Encaminhamentos. A Comissão*  
911 *recomenda à plenária, que o processo de capacitação seja contínuo e estendido ao pleno do CNAS.*  
912 *02 – Análise do relatório da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência*  
913 *Social, exercício 2014. Segundo trimestre. Relatório trimestral LOAS, Artigo 19, item 07. A Diretora*  
914 *Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, Dulce Helena Alves Vaz Martins, apresentou*  
915 *relatório de execução orçamentária e financeira do fundo, apurado pelo regime de caixa de janeiro*  
916 *a junho, do exercício de 2014, conforme os quadros abaixo. A Lei número 12. 952, de 20 de janeiro*  
917 *de 2014, Lei Orçamentária Anual, aprovou para o Fundo Nacional de Assistência Social, o*  
918 *orçamento de R\$ 39.768.983.702,00. No decorrer do semestre houve acréscimo na dotação, no*  
919 *valor de R\$ 234.850.000,00. Assim, o orçamento atualizado é de R\$ 40.003.833.702,00, e*  
920 *apresentaremos sob os títulos ‘Benefícios Assistenciais, Serviços, Programa e Projetos.’ Quanto aos*  
921 *benefícios assistenciais. Programa Benefício de Prestação Continuada. 0573 BPC Pessoa Idosa. Lei*  
922 *Mais Créditos, a planilha, crédito descentralizado, recurso financeiro repassado e o percentual da*  
923 *execução, descentralizado e... BPC da pessoa idosa, R\$ 15.877.876.718,00. Crédito descentralizado,*  
924 *R\$ 15.877.876.718,00. Descentralizado 100%. BPC da pessoa com deficiência, R\$*  
925 *18.775.748.806,00. Descentralizado, R\$ 18.775.748.806,00, recurso financeiro repassado nas duas,*  
926 *nos dois, nas duas rubricas, 16.008.579.139, repassado 46%, total do BPC: 34.653.625.524, crédito*  
927 *descentralizado: 34.653.625.524, recurso financeiro repassado 16.008.579.139, 100%*  
928 *descentralizado, repassado 46%, Renda Mensal Vitalícia, Renda Mensal Vitalícia por idade,*  
929 *557.466.831, crédito descentralizado: 557.446.831, descentralizado 100%, Renda Mensal Vitalícia*  
930 *por Invalidez: 1.093.129.593, crédito descentralizado: o mesmo valor, descentralizado 100%, no*  
931 *total da renda mensal vitalícia: 1.650.576.424, descentralizado: o mesmo valor, recurso financeiro*  
932 *repassado: 773.917.132, descentralizado 100%, repassado 47%. Operações especiais:*  
933 *cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, Lei Mais Créditos: 48.406.452, crédito*  
934 *descentralizado: o mesmo valor, recurso financeiro repassado: o mesmo valor, 48.406.452,*  
935 *descentralizado 100%, repassado 100%. Cumprimento de sentença judicial transitado em julgado*  
936 *de pequeno valor: 582.912.172, descentralizado: o mesmo valor, repassado: o mesmo valor, o*

937 recurso financeiro, percentual de execução descentralizado 100%, repassado 100%, o total:  
938 631.318.624, crédito descentralizado: o mesmo valor, recurso financeiro repassado: o mesmo  
939 valor, descentralizado 100%, repassado 47%, total geral: 36.935.520.572, crédito descentralizado:  
940 36.935.520, 935.520.572, recurso financeiro repassado: 17.413.814.895, descentralizado 100%,  
941 repassado 47%. Reforçamos que o orçamento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência  
942 Social, o BPC e da Renda Mensal Vitalícia, é alocada no MDS, a quem compete sua gestão,  
943 acompanhamento e avaliação, a operacionalização desses benefícios compete ao Instituto  
944 Nacional do Seguro Social, INSS, a execução orçamentária e financeira do BPC e da Renda Mensal  
945 Vitalícia, aqui apresentada, corresponde, respectivamente às descentralizações de créditos  
946 orçamentários e repasses de recursos financeiros realizado pelo Fundo Nacional de Assistência  
947 Social ao Instituto Nacional do Seguro Social. Quanto à execução orçamentária e financeira das  
948 ações de cumprimento de sentenças judiciais corresponde à descentralização do crédito  
949 orçamentário e repasse de recurso financeiro realizados automaticamente pela Secretaria de  
950 Orçamento Federal aos Tribunais Regionais Federais. B) Quanto aos serviços, programas e  
951 projetos: o quadro a seguir demonstra, por ação, o orçamento disponibilizado e a execução  
952 orçamentária e financeira correspondente às parcelas referentes às competências janeiro a maio  
953 de 2014, transferidas aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, ação, descrição da ação,  
954 dotação atualizada, empenho até 30/06, liquidada até 30/06, pago até 30/06. Ação 8662,  
955 descrição da ação: concessão de bolsa à criança e adolescente em situação de trabalho, dotação  
956 atualizada, 7.000.000, empenho até 30/06: 4.021.051, B sobre A, 57%, liquidado até 30/06:  
957 3.346.540, 48% e, pago, 3.346.540, 48%. Ação 2A60: Serviço de Proteção Social Básica,  
958 1.657.556.783, empenhado até 30/06: 1.366.416.380, 82%, liquidado até 30/06: 509.879.850,  
959 31%, pago até 30/06: 509.879.850, 31%. Ação 2A65: Serviço de Proteção Social Especial de Média  
960 Complexidade: dotação atualizada, 624.073.272, empenhado até 30/06: 187.506.943, 30%,  
961 liquidados 155.131.688, 25%, pago, 155.131.688, 25%. Ação 2A69: Serviço de Proteção Social  
962 Especial de Alta Complexidade, dotação atualizada, 247.078.591, empenhado:104.639.925, 42%,  
963 liquidado até 30/06: 42.121.679, 17%, pago até 30/06: 42.121.679, 17%. Subtotal: ações  
964 socioassistenciais de caráter continuado: dotação atualizada, 2.535.708.646, empenhado até  
965 30/06: 1.662.580, 662.584.299, 66%, liquidado até 30/06: 710.479.757, 28%, pago até 30/06:  
966 710.479.757, 28%. Ação 3, 2B30: Estruturação da rede Proteção Social Básica: dotação atualizada,  
967 111.881.382, empenhado até 30/06: 10.372.060, 9%. 2B31: Estruturação da rede Proteção Social  
968 Especial: 77.600.500, empenhado até 30/06: 16.761.168, 22%. Subtotal: convênios e contratos:  
969 189.481.882, empenhado: 27.133.228, 14%. Ação 20V5: ações complementares de Proteção Social  
970 Básica: dotação, 120.000.000, subtotal do ACESSUAS: 120.000.000. Ação 2583: Serviços de  
971 processamento de dados: BPC, Renda Mensal Vitalícia, DATAPREV: dotação atualizada,  
972 51.112.602, empenhado: 29.233.323, 57%, liquidado: 29.233.323, 57%. Avaliação e ação 2589:  
973 avaliação e operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social,  
974 12.000.000, dotação atualizada, empenhado 5.910.500, 49%, liquidados: 5.216.740, 43%, o pago  
975 até 30/06, 25, nessas, nessas duas ações: 25.078.609, 40%. Subtotal: processamento de dados,  
976 manutenção e operacionalização da Renda Mensal e do BPC: 63.112.602, empenhado: 35.143.823,  
977 56%, liquidado: 34.450.063, 55%, pago até 30/06, 25.078.609, 40%. Ação 8893: Apoio à  
978 organização, gestão e à vigilância socioassistencial no território, no âmbito do Sistema Único de  
979 Assistência Social, SUAS e IGD/SUAS, dotação atualizada, 166.010.000, empenhado: 58.026.748,



980 36%, liquidado: 38.694.499, 24%, pago: 38.684.499, 24%. Subtotal: Apoio à gestão: 160.010.000,  
981 empenhado: 58.026.748, 36%, liquidado: 38.694.499, 24%, pago até 30/06, 38.684.499, 24%. Total  
982 geral: a dotação atualizada, 3.068.313.130, empenho até 30/06: 1.782.888.098, 58%, liquidado  
983 até 30/06: 783.624.319, 26%, pago até 30/06: 774.242.865, 25%. Do total do orçamento aprovado  
984 para o Fundo Nacional de Assistência Social, foi empenhado o valor de: R\$ 1.782.888.098,00, que  
985 representa um percentual de 58%, sendo: R\$ 1.662.584.299,00, relativos aos serviços  
986 socioassistenciais e R\$ 120.303.799,00 às demais ações. A execução financeira do Fundo Nacional  
987 de Assistência Social foi de R\$ 710.479.757,00, concernentes aos serviços socioassistenciais e R\$  
988 63.763.108,00 aos outros programas, totalizando R\$ 774.242.865,00. O Fundo Nacional de  
989 Assistência Social é o responsável pela execução financeira e orçamentária dos recursos da ação  
990 8446: Serviço de apoio à gestão descentralizada ao Programa Bolsa Família e IGD, o orçamento é  
991 descentralizado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, CENARC, em favor do Fundo  
992 Nacional, dos recursos descentralizados pela referida Secretaria, no valor de R\$ 511.315.800,00,  
993 foram executados R\$ 79.065.106,00. Quanto aos restos a pagar: as tabelas abaixo demonstram os  
994 saldos de restos a pagar, RAP, inscritos, cancelados, pagos e a pagar das UGs, Unidades Gestoras,  
995 33.0013.55.0015, posição em 30/06: RP não processados, inscritos 855.811.964, cancelados:  
996 1.943.015, pagos: 175.528.574, a pagar: 678.340.375, posição, 30/06, total dos processados:  
997 inscritos 7.458.728, cancelado: nada, pagos: 700, R\$ 700,00.” Acho que é. Ah, é reais mesmo. “A  
998 pagar: 7.458.028. Encaminhamentos: a comissão recomenda à plenária a aprovação do relatório  
999 da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional, exercício 2014, segundo trimestre:  
1000 relatório trimestral, LOAS, artigo 19, item VII, resolução em anexo, que sugira ao Fundo Nacional  
1001 empenhar nas ações que forem possíveis à totalidade da dotação orçamentária. Item III) Eleição do  
1002 Coordenador Adjunto: A comissão de financiamento e orçamento da Assistência Social na gestão  
1003 2014/2016, terá sua coordenação pelos representantes governamentais, a Conselheira Simone  
1004 Albuquerque foi indicada Coordenadora e a Conselheira Fátima Rampim, indicada Coordenadora  
1005 Adjunta; IV) Informe da Secretaria Executiva sobre o funcionamento da comissão: o informe foi  
1006 explanado pelo Coordenador da Coordenação Financeira de Assistência Social, Bechara Miranda.  
1007 Dia 23/07/2014, apresentação e avaliação da proposta orçamentária para 2015: a proposta  
1008 orçamentária deverá ser apreciada e aprovada até o dia 31/07, conforme a resolução CNAS  
1009 59/2009, foi apresentada pela Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta, da Secretaria  
1010 Nacional de Assistência Social, SNAS, Valéria Maria de Massarani Gonelli e pelo assessor da SNAS,  
1011 Adailton Amaral Beleite e a proposta orçamentária para 2015, conforme apresentação em anexo e  
1012 conforme vai proceder a Valéria, agora, apresentar para o pleno. Encaminhamentos: A comissão  
1013 recomenda à plenária a aprovação da proposta, a aprovação da proposta orçamentária para  
1014 2015, resolução em anexo: Solicitar ao Congresso Nacional que faça as emendas necessárias nas  
1015 ações 2A69, 2B30 e 2B31, para que seja superado o déficit e reforçar a dotação na estruturação da  
1016 rede. Recomendar que a Presidência do CNAS oriente os Conselhos Estaduais de Assistência Social  
1017 para que se atentem às resoluções CNAS 23/2013, 31/2013, 32/2013, 11/2014 e 18/2014, afetas  
1018 ao cofinanciamento estadual, por ocasião da avaliação e a aprovação da proposta orçamentária  
1019 2015, conforme e-mail já enviado aos Conselhos Estaduais de Assistência Social, pela Comissão de  
1020 Acompanhamento dos Conselhos, no último dia 15/07. VI) Definição da pauta de agosto de 2014:  
1021 revisão do plano de ação, balanço do PPA 2015, apresentação do balanço, do plano plurianual,  
1022 PPA 2012/2015, convidados: SNAS. Esse item de pauta foi sugerido à Presidência ampliada para

1023 *inclusão na pauta do pleno de agosto, o qual foi acatado. Análise do relatório de execução da ação*  
1024 *8249: funcionamento dos Conselhos, exercício 2014, primeiro semestre, apresentação: Secretária*  
1025 *Executiva do CNAS, definição de agenda para a reunião conjunta com a comissão de*  
1026 *acompanhamento aos Conselhos CAC, para definição da viabilidade de realização do curso da*  
1027 *SAGI, caderno de orientações aos Conselhos de Assistência Social para o controle social do*  
1028 *Benefício de Prestação Continuada, BPC e Programa Bolsa Família e Benefícios Eventuais da*  
1029 *Assistência Social. capacitação, execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de*  
1030 *Assistência Social, convidado: Fundo Nacional de Assistência Social. Fátima Aparecida Rampin,*  
1031 *Coordenadora Adjunta da Comissão de Financiamento, Orçamento e Assistência Social.” O*  
1032 *Presidente indicou inversão dos itens, passando ao V, pela Secretária Valéria Gonelli, que passou a*  
1033 *discorrer sobre o orçamento da Assistência Social para 2015. Relatou as dificuldades no país para*  
1034 *captação de receitas, tendo uma baixa arrecadação, esclarecendo essa situação, para a ampliação*  
1035 *dos recursos para o orçamento das diferentes áreas. E que trabalhavam com a PLOA ajustada,*  
1036 *sendo que trabalhavam nas duas unidades orçamentárias o mesmo patamar de R\$ 2.000.978.504,*  
1037 *esclarecendo essa situação. Complementou que a SNAS trabalhava com duas unidades*  
1038 *orçamentárias, uma chamada Fundo Nacional de Assistência Social e a outra unidade*  
1039 *orçamentária, direta, da SNAS e que trabalha muito dentro dessa unidade orçamentária do CNAS.*  
1040 *Falou sobre o PPA e os programas existentes e que haviam sofrido redução, arrazoando sobre sua*  
1041 *ação, objetivos, recursos envolvidos e sua dotação, conforme o material em tela. A seguir, o*  
1042 *Presidente indicou o item I, com o encaminhamento sendo que a Comissão recomendava que o*  
1043 *processo de capacitação fosse expedido ao pleno do CNAS, o que foi acatado. No item II, solicitou*  
1044 *a leitura da Resolução, pela Conselheira Fátima: “Resolução número, de julho de 2014, a plenária,*  
1045 *a plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em reunião ordinária, realizada nos*  
1046 *dias 22, 23 e 24 de julho de 2014, no uso de, da competência que lhe confere os Incisos VII e XIV, do*  
1047 *Artigo 18, da Lei 8742, de sete de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS,*  
1048 *resolve: aprovar o relatório trimestral da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional*  
1049 *de Assistência Social, do segundo trimestre de 2014, apresentado pela Diretora Executiva do Fundo*  
1050 *nacional, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e*  
1051 *Combate à Fome, planilha anexa. Artigo II: Esta resolução entra em vigor na data da sua*  
1052 *publicação. Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.” A*  
1053 *Conselheira Cláudia indicou o ponto dois, na tabela expressa na letra B, ação 2A65 e 2A69, dos*  
1054 *trata dos valores dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta*  
1055 *Complexidade, indicando o percentual entre a dotação, o empenhado, o liquidado e o pago e*  
1056 *solicitando esclarecimentos pela Secretária Valéria. A Conselheira Raimunda citou a preocupação*  
1057 *com a importância do Serviço de Proteção Social Básica e a diminuição para 2015 de R\$*  
1058 *17.468.000,00. O Conselheiro Fábio esclareceu que, vários dos serviços pagos pela ação 2A65 e*  
1059 *2A69, ficaram com o prazo de aceite aberto até o início de julho, quando foram pagos e*  
1060 *empenhados, esclarecendo sobre a baixa execução. Informou que a Consultoria Jurídica do MDS*  
1061 *havia se posicionado oficialmente de que, considerando que os recursos da Assistência Social*  
1062 *eram obrigatórios, com a política tendo que seguir normalmente, independente da situação*  
1063 *existente, falando sobre a situação e sobre o processo de aceite, com a Secretária Valéria*  
1064 *complementando essas informações. Relatou o processo de discussão com os estados e*  
1065 *municípios, falando sobre a aplicação dos recursos nos serviços regionais e os meses que eram*

1066 pagos. Esclareceu que a execução na ação 2A65 e na 2A69, a 2A65 era menor considerando os  
1067 serviços regionais, discorrendo sobre a necessidade dos serviços da Proteção Social Especial.  
1068 Informou que a retirada dos R\$ 17 milhões do serviço da 2A60, poderiam até ser recompostos,  
1069 indicando os serviços que haviam sido contemplados com esses recursos. Indicou que o Serviço de  
1070 Convivência e Fortalecimento de Vínculos estava orçado 80%, mas por conta da variação da  
1071 medição, com certeza cobriria todo o ano. A seguir, o Presidente passou para a votação da  
1072 Resolução, conduzida pela Secretária-Executiva Substituta: Conselheiro Titular Alceu Kuhn: “Sim,  
1073 aprovo a Resolução”. Conselheiro no exercício da Titularidade Fábio Bruni: “Pela aprovação”.  
1074 Conselheira Titular Fátima Rampin: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Solange Teixeira: “Boa  
1075 tarde a todos e todas, pela aprovação”. Conselheira Titular Raimunda Cadó: “Sim, pela  
1076 aprovação”. Conselheiro Titular, Conselheira no exercício da titularidade Carolina Stuchi: “Falar  
1077 com boca cheia é muito feito, gente desculpe, pela aprovação”. Conselheiro Titular Anderson  
1078 Miranda: “Pela aprovação da Resolução: “Conselheiro Titular Samuel Rodrigues: “Pela aprovação”.  
1079 Conselheira Titular Patrícia Vieira: “Pela aprovação”. Conselheira no exercício da Titularidade  
1080 Elizabeth Hernandez: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Maria das Graças Prola: “Pela  
1081 aprovação”. Conselheira Titular Maria Lúcia Marquim: “Pela aprovação”. Conselheiro Titular José  
1082 Crus: “Parabenizando a Comissão e a Coordenadora Adjunta pela memória, pelo trabalho, pela  
1083 condução da Comissão, também parabenizar a nossa Secretária pelos esclarecimentos, pela forma  
1084 bastante detalhada, eu voto pela aprovação da Resolução”. Conselheira Titular Clátia Vieira: “Sim  
1085 pela aprovação da Resolução”. Conselheira no exercício da Titularidade Dulcinéia Francisco: “Sim  
1086 pela aprovação”. Conselheira Titular Cláudia Faquinote: “Pela aprovação”. Conselheira Titular  
1087 Vice-Presidente Luziele Tapajós: “Na mesma linha parabenizando a Comissão pelo excelente  
1088 trabalho, parabenizando esse Conselho pelas dúvidas pertinentes que foram colocadas, e também  
1089 o apoio da Secretária Valéria Gonelli e pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Titular  
1090 Presidente do CNAS Edvaldo Ramos: “Eu voto pela aprovação da Resolução, bem, então”. Após a  
1091 votação, o Presidente considerou a Resolução aprovada por unanimidade pelo Pleno. A Secretária  
1092 Valéria, informando ter outro compromisso, se retirou da reunião, desejando bom trabalho a  
1093 todos. No item II, não houve nenhuma observação, com o Presidente passando para o item III, IV e  
1094 no V com o encaminhamento que a Comissão recomendava à Plenária a aprovação da proposta  
1095 orçamentária para 2015, Resolução em anexo. A Conselheira Fátima passou à leitura da  
1096 Resolução, informando que a mesma havia sido corrigida nos considerandos: “Resolução número  
1097 tal de julho de 2014. O Conselho Nacional de Assistência Social em reunião ordinária realizada nos  
1098 dias 22, 23 e 24 de julho de 2014 no uso da competência que lhe confere os Incisos VIII e XIV do  
1099 Artigo 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social,  
1100 considerando a Resolução CNAS número 78 de 17 de maio de 2006, que dispõe sobre o processo de  
1101 elaboração, análise e aprovação do orçamento da Assistência Social, em especial, do Fundo  
1102 Nacional de Assistência Social, CNAS. Considerando a Resolução CNAS número 59 de 17 de junho  
1103 de 2009, que dá nova redação aos Artigos 2º e 4º da Resolução CNAS número 78 de 17 de maio de  
1104 2006, considerando o Decreto 7.492 de 02 de junho de 2011 que instituiu o Plano Brasil Sem  
1105 Miséria, considerando a proposta orçamentária da Assistência Social, exercício 2015, apresentada  
1106 pela Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate  
1107 à Fome resolve: aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social, exercício de 2015 anexa,  
1108 no valor de R\$44.818.405.257,00, contemplando o Fundo Nacional de Assistência Social e a

1109 *Administração Direta sob gestão da Secretaria Nacional da Assistência Social. Essa Resolução entra*  
1110 *em vigor na data da sua publicação, Edvaldo da Silva Ramos Presidente do Conselho Nacional de*  
1111 *Assistência Social.” A Conselheira Maria das Graças observou que o orçamento não contemplava*  
1112 *o Fundo e sim o contrário, sugerindo que o formato de apresentação dos valores fosse colocado*  
1113 *em planilha igual ao relatório. A Conselheira Luziele esclareceu que os anexos iriam para a*  
1114 *publicação no Diário Oficial, não tendo necessidade de sua indicação, esclarecendo que não eram*  
1115 *R\$ 44 bilhões soltos, tendo as dotações. O Conselheiro José crus solicitou correção no texto “no*  
1116 *valor total de 40... conforme anexo” saindo o temo “anexo”. O Presidente colocou em votação,*  
1117 *pela Secretária-Executiva Substituta: Conselheiro Titular Alceu Kuhn: “Voto pela aprovação da*  
1118 *Resolução”. Conselheira na Titularidade Carolina Stuchi: “Pela aprovação”. Conselheiro na*  
1119 *Titularidade Fábio Bruni: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Fátima Rampin: “Pela aprovação”.*  
1120 *Conselheira Titular Solange Teixeira: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Raimunda Cadó: “Sim,*  
1121 *pela aprovação”. Conselheiro Titular Anderson Miranda: “Pela aprovação”. Conselheiro Titular*  
1122 *Samuel: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Titular Patrícia Vieira: “Sim, pela aprovação”.*  
1123 *Conselheira na Titularidade Elizabeth Hernandez: “Sim, pela aprovação”. Conselheira Titular Maria*  
1124 *das Graças Prola: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Maria Lúcia Marquim: “Pela aprovação”.*  
1125 *Conselheiro Titular José Crus: “Pela aprovação da Resolução, cumprimentando mais uma vez a*  
1126 *Comissão”. Conselheira Titular Clátia Vieira: “Sim pela aprovação da Resolução”. Conselheira na*  
1127 *Titularidade Dulcinéia Francisco: “Pela aprovação”. Conselheira Titular Cláudia Faquinote: “Pela*  
1128 *aprovação”. Conselheira Titular Vice-Presidente Luziele Tapajós: “Pela aprovação da Resolução”.*  
1129 *Conselheiro Titular Presidente do CNAS Edvaldo Ramos: “Pela aprovação da Resolução”. O*  
1130 *Presidente considerou a Resolução aprovada por unanimidade pelo Pleno.No próximo*  
1131 *encaminhamento, solicitar ao Congresso Nacional que fizesse as Emendas necessárias nas ações*  
1132 *2A69, 2B30, 2B31 para que fosse superado o déficit de resultado da dotação na estruturação da*  
1133 *Rede. O Conselheiro Thiago indicou o encaminhamento, de que fosse encaminhado aos*  
1134 *Conselheiros do CNAS o detalhamento da conta 2.037, participação e controle social, o 0373, à*  
1135 *página 09 da apresentação da Secretária Valéria. A Conselheira Luziele lembrou que essa ação*  
1136 *trimestralmente era apresentada na Comissão de Financiamento pela Secretária-Executiva,*  
1137 *detalhando cada gasto dessa ação do CNAS, com todas as memórias trazendo essa apresentação.*  
1138 *Sugeriu que o orçamento da Assistência Social fosse levado para o Congresso Nacional,*  
1139 *discorrendo sobre a questão. O Conselheiro José Crus, considerando a nova gestão, observou que*  
1140 *não seria encaminhar para todos os Conselheiros, para sim fazer essa apresentação, com a*  
1141 *Conselheira Cláudia concordando com essa sugestão. Questionou o porquê de pedir reforço para a*  
1142 *dotação na estruturação da Rede, quando tinham uma dotação de R\$ 189 milhões, empenhados*  
1143 *apenas R\$ 27 e liquidado zero. O Conselheiro Fábio observou que seria apenas uma questão do*  
1144 *detalhamento da ação, que já era realizado trimestralmente pela Secretaria-Executiva. Em relação*  
1145 *às Emendas, observou que a 2A69 era uma situação um pouco diferente da 2B30 e 2B31,*  
1146 *esclarecendo essa situação. Destacou que a proposta iria ao Congresso ao final de agosto, quando*  
1147 *fariam um ofício destacando nas demandas da Política Nacional de Assistência Social, para*  
1148 *sensibilizar os Parlamentares na necessidade de emendar e reforçar as dotações. A Conselheira*  
1149 *Carmen sugeriu que se houvesse um assessor que tivesse contato com o Congresso, inclusive para*  
1150 *acompanhar a questão do orçamento, que viesse na próxima reunião, informando como estava*  
1151 *esse procedimento. O Conselheiro Leovane falou sobre a liberação pela Fazenda e pelas Emendas*

1152 Parlamentares, discorrendo sobre a negociação a ser feita nessas últimas. O Presidente observou a  
1153 proposta do Conselheiro Fábio e que seria estudada qual a melhor forma de ser colocada. No  
1154 outro item, que o Presidente do CNAS recomendasse que a Presidência do CNAS orientasse a SEAS  
1155 para que atentasse às Resoluções CNAS 23 de 2013, 31 de 2013, 32 de 2013, 11 de 2014 e 18 de  
1156 2014 afetas ao cofinanciamento estadual, por ocasião da avaliação e aprovação da proposta  
1157 orçamentária 2015, conforme *e-mail* enviado a SEAS pela Comissão de Acompanhamento. O  
1158 Conselheiro José Crus ponderou que servia para todas as Comissões, indicando o tema de cada  
1159 Resolução, facilitando o conhecimento dos demais. Em não havendo mais nenhuma colocação, o  
1160 Presidente considerou aprovado pelo Pleno o Relato da Comissão de Financiamento.  
1161 **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidado a todos para  
1162 retornarem às 14h40. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-  
1163 Executiva Substituta a conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Luziele Maria de Souza  
1164 Tapajós, José Ferreira Crus, Maria das Graças Prola, Maria Lúcia Linhares Marquim, Cláudia  
1165 Laureth Faquinote, Alceu Kuhn, Anderson Lopes Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira,  
1166 Edivaldo da Silva Ramos, Carolina Gabas Stuchi, Fábio Moassab Bruni, Elisabeth Hernandez.  
1167 Conselheiros Suplentes: Juliana Picoli Agatte, Giovanna Quaglia, Zilene Rabelo, Thiago Cabral,  
1168 Carmem Fogaça, Jucileide do Nascimento, Leovane Gregório. O Presidente passou para o Item  
1169 Relato da Presidência ampliada, pela Conselheira Luziele: *Memória da Presidência Ampliada, julho*  
1170 *de 2014. Reunião 05 de 2014. Data/horário: 23 de julho de 2014, 17h as 21h30. Conselheiros*  
1171 *integrantes da Presidência Ampliada: Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do Conselho Nacional de*  
1172 *Assistência Social; Luziele Tapajós, Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social;*  
1173 *Cláudia Faquinote, Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social; Anderson*  
1174 *Miranda, Coordenador da Comissão de Política da Assistência Social; Fátima Rampin,*  
1175 *Coordenadora Adjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Solange*  
1176 *Teixeira, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.*  
1177 *Secretaria-Executiva: Maria Auxiliadora Pereira, Maria do Socorro Cruz, Thais Pereira Braga. Item I:*  
1178 *Reuniões Regionais. O CNAS considerando a importância de fortalecer o Controle Social adotou em*  
1179 *seu planejamento a metodologia da realização de reuniões regionalizadas com os Conselhos*  
1180 *Estaduais de Assistência Social – CEAS e com o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal –*  
1181 *CAS/DF. As reuniões regionais devem ocorrer semestralmente. Objetivo das reuniões regionais:*  
1182 *discutir junto ao CEAS e o CAS/DF questões afetas ao Controle Social do SUAS, atendendo as*  
1183 *especificações das cinco regiões do país. Estão previstas quatro reuniões regionais para o segundo*  
1184 *semestre de 2014, tendo como proposta o calendário abaixo. “Região Norte: 21 e 22 de agosto,*  
1185 *Belém/PA. Região Sul e Sudeste: 17 e 18 de setembro, Rio de Janeiro. Região Centro-Oeste: 12 e 13*  
1186 *de novembro, Goiânia. Região Nordeste: 26 e 27 de novembro, João Pessoa. Encaminhamentos da*  
1187 *Presidência Ampliada. Tema central: biênio 2014-2016, principais avanços e desafios enfrentados*  
1188 *pelos Conselhos de Assistência Social na participação e controle social do SUAS. Nos dias de*  
1189 *reunião o CNAS desenvolverá a programação considerando: primeiro momento – escuta sobre as*  
1190 *especificidades e particularidades regionais do controle social, principais dificuldades e desafios.*  
1191 *Segundo momento: análise e avaliação dos pactos de aprimoramento da Gestão Estadual,*  
1192 *Municipal e do DF, e o papel de controle social no fortalecimento do SUAS. Terceiro momento:*  
1193 *Resolução nº 15 de 2014, os Conselhos de Assistência Social – CAS, exercendo o controle social do*  
1194 *Programa Bolsa Família – PBF. Principais debates: para realização das reuniões regionais do*

1195 segundo semestre, ficarão sob a responsabilidade das Comissões de Política e da Comissão de  
1196 Acompanhamento aos Conselhos. Terão papel de coordenação.” Tem que melhorar a redação aqui  
1197 não é, um pouco? “Enquanto as reuniões regionais do primeiro semestre de 2015 terão como  
1198 coordenadores as Comissões de Normas e de Financiamento e Orçamento. Tendo em vista as  
1199 temáticas, participarão das reuniões regionais 2014: Presidente, Vice-Presidente, Coordenador das  
1200 Comissões Temáticas permanente, responsáveis pela coordenação da reunião no período de  
1201 agosto a novembro de 2014. Observação: a participação será paritária, ou seja, a Comissão de  
1202 Política contará com a presença do Coordenador e o representante do governo. A Comissão de  
1203 Acompanhamento aos Conselhos terá a participação da Coordenadora e um representante da  
1204 Sociedade Civil, a serem definidos no pleno de agosto, considerando que o primeiro evento está  
1205 previsto para os dias 21 e 22. A Conselheira Vice-Presidente Luziele Tapajós e a Conselheira Cláudia  
1206 Faquinote finalizarão o momento de elogio na reunião regional, o roteiro orientador a ser  
1207 encaminhado aos Conselhos Estaduais e ao CAS/DF, e as ementas. A proposta de metodologia será  
1208 encaminhada para apreciação e aprovação final dos integrantes da Presidência Ampliada e  
1209 posterior encaminhamento aos Conselhos Estaduais e CAS/DF. O CNAS solicitará ao  
1210 DG/SUAS/MDS, Coordenação de Vigilância Socioassistencial, possível levantamento de relatório de  
1211 dados por estados e Distrito Federal, baseado nas metas dos pactos de gestão do SUAS municipais  
1212 e estadual, para apoiar os debates nas reuniões regionais. Item II: Encontro Regional sobre  
1213 trabalho social com famílias na Política Nacional de Assistência Social, região Centro-Oeste no dia  
1214 24 de julho em Brasília/DF. Encaminhamento da Presidência Ampliada: considerando a  
1215 importância da participação do CNAS na abertura do referido evento, mesmo coincidindo com  
1216 224ª Reunião Ordinária do CNAS, recomendou a indicação da Conselheira Suplente Juliana Agatte  
1217 para representar o CNAS nessa mesa no período da manhã do dia 24 de julho. Item III:  
1218 Manifestação do CNAS em relação ao Decreto 8.243/2014 que institui a Política Nacional de  
1219 Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. Encaminhamento  
1220 da Presidência Ampliada: recomenda-se que a Plenária aprecie e aprove a proposta da  
1221 manifestação do CNAS em defesa da participação social, anexo I: em apoio ao fortalecimento e  
1222 articulação dos mecanismos, e instâncias democráticas de diálogo, e atuação conjunta entre a  
1223 administração pública e Sociedade Civil, como expressos no Decreto 8.243 de 23 de maio de 2014.  
1224 E encaminhe o referido manifesto para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Gabinete dos  
1225 Deputados e Senadores e lideranças. Item IV: Consulta do CEAS/Bahia. O Conselho Estadual de  
1226 Assistência Social da Bahia enviou e-mail solicitando informação sobre a legalidade ou não da  
1227 indicação pelas entidades de um representante para tomar posse na condição de Conselheiro, com  
1228 idade inferior a 18 anos. Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda solicitar  
1229 informações gerais sobre o assunto ao CEAS/Bahia para melhor compreensão da demanda, de  
1230 forma a analisar a questão. Item V: Critérios para representação do CNAS em eventos. De acordo  
1231 com o Artigo 29 Inciso III Regimento Interno do CNAS, compete a Presidência Ampliada decidir a  
1232 cerca da pertinência e da relevância dos eventos para participação do CNAS quando convidado,  
1233 bem como autorizar o Conselheiro a representar o CNAS nestes eventos. E o § 1º do mesmo Artigo  
1234 afirma que na representação do CNAS será priorizada a participação do Presidente, Vice-  
1235 Presidente e Coordenadores das Comissões Temáticas. Neste sentido é regimentalmente orientado  
1236 que nenhum Conselheiro do CNAS represente o CNAS sem a convocação expressa do Presidente.  
1237 Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda-se que não havendo possibilidade dos

1238 membros da Presidência Ampliada participar do evento e sendo considerado importante a  
1239 presença do CNAS, será consultada a Plenária. Não havendo tempo hábil para parecer do pleno, os  
1240 membros da Comissão afeta ao tema do evento, serão examinados para a representação. Item VI:  
1241 Composição do grupo de estudo com o MEC, MDS e CNAS. Foi aprovada na 221ª Reunião Ordinária  
1242 a composição de um grupo de estudo formado pelo MEC, MDS e CNAS, com o objetivo de criar  
1243 critérios de aferição de gratuidade na Assistência Social, para as entidades de educação, levando-  
1244 se em conta a equivalência de serviços socioassistenciais e bolsas de estudo, bem como a definição  
1245 de usuários que contemplem o reconhecimento duplo do público. Encaminhamento da Presidência  
1246 Ampliada: recomenda-se que a Comissão de Normas convide representantes do MEC/MDS para a  
1247 sua reunião em setembro, de forma a atender o objetivo proposto para esse grupo de estudo. A  
1248 partir do resultado da reunião da Comissão de Normas a Presidência Ampliada retomará o debate  
1249 para encaminhamento em relação ao grupo de estudo. Item VII: Convites. 7.1: O Conselho  
1250 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA convida o CNAS para participar das  
1251 reuniões Plenárias do CONSEAS, gestão 2014-2015, como observadores, com direito a voz durante  
1252 a reunião, podendo participar também nas instâncias do Conselho. Havendo interesse, enviar o  
1253 nome do representante titular e suplente. Também enviou convite para a 15ª Reunião Plenária do  
1254 CONSEA nos dias 04 e 05 de agosto de 2014 em Brasília. Encaminhamento da Presidência  
1255 Ampliada: recomenda-se a indicação dos seguintes Conselheiros: Conselheira Luziele Tapajós como  
1256 titular, e como Conselheiro Anderson Miranda como suplente que participa na impossibilidade da  
1257 titular. 7.2: o Conselho Municipal de Limeira enviou o convite, ou melhor, enviou o e-mail  
1258 convidando a Vice-Presidente Luziele Tapajós para ministrar a palestra no lançamento da cartilha  
1259 do Conselho Municipal de Assistência Social de Limeira e dos Conselhos Regionais da região. A  
1260 Presidente do referido CNAS solicita disponibilidade de uma data para contar com a participação  
1261 desse CNAS. Recomenda-se a indicação da Vice-Presidenta Luziele Tapajós para participação no  
1262 referido evento em data a ser definida. 7.3: A Associação de Reflexão e Ação Social – ARAS, filiada  
1263 a Cáritas Brasileira enviou convite por e-mail para o 1º Seminário de Assistência Social com o  
1264 objetivo de reunir diversas entidades da região metropolitana de Maringá/PR e Arquidiocese de  
1265 Maringá. O intuito é discutir sobre as novas legislações para as entidades assistenciais, bem como  
1266 o Marco Regulatório e articulação das mesmas. A associação aguarda sugestão de data de acordo  
1267 com a agenda do CNAS para realizar o Seminário. Encaminhamento da Presidência Ampliada.  
1268 Recomenda-se a participação do Presidente do CNAS em data a ser definida. 7.4: O Fórum Estadual  
1269 de Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS de São Paulo convida o Presidente do CNAS Edivaldo  
1270 da Silva Ramos para participar do 11º Encontro Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do  
1271 SUAS de São Paulo, dia 09 de agosto, em Assis/SP, com o tema: Precarização do Trabalho na  
1272 Assistência Social. Invisibilidade, insegurança e instabilidade. Encaminhamento da Presidência  
1273 Ampliada. Recomenda-se a participação do Presidente do CNAS. 7.5: O Conselho Municipal de  
1274 Assistência Social de Parauapebas/PA convida a Vice-Presidente do CNAS Luziele Tapajós para o 1º  
1275 Fórum Municipal de Transparência e Controle Social de Parauapebas, para ministrar palestra no  
1276 dia 22 de agosto sobre o Conselho de Assistência Social, uma trajetória de avanços e desafios.  
1277 Apresentando se possível os maiores desafios dos Conselhos Municipais e como o CNAS  
1278 acompanha ou propõe soluções a essas demandas. Recomenda-se que o CNAS envie o e-mail  
1279 informando a impossibilidade de participação, considerando que o CNAS estará realizando  
1280 encontro regional do CNAS com os CEAS na região Norte, em Belém/PA nos dias 21 e 22 de agosto.

1281 7.6: A Comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB de Santa Catarina,  
1282 convida o CNAS para o Seminário Papel do Advogado no Sistema Único de Assistência Social, e sua  
1283 atuação na equipe multidisciplinar dos serviços ofertados nos CREAS, dia 13 de agosto de 2014,  
1284 das 13h30 às 18h no auditório OAB Santa Catarina a ser realizado pela Comissão de Assistência  
1285 Social integrando a programação da semana do advogado. Encaminhamento da Presidência  
1286 Ampliada: recomenda-se que o CNAS envie e-mail informando a impossibilidade de participação,  
1287 considerando que o CNAS estará realizando a sua 225ª Reunião Ordinária do CNAS no período de  
1288 11 a 14 de agosto. 7.7: O Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE de  
1289 Goiás, enviou o Ofício SUP nº 658 convidando o Presidente Eivaldo da Silva Ramos para participar  
1290 da 10ª Edição da Feira do Empreendedor dia 31 de julho a 03 de agosto no Centro Cultural do  
1291 Centro de Convenções de Goiânia. A participação do CNAS será no painel empreendedorismo e  
1292 inclusão social, ministrando a palestra sobre políticas de Assistência Social dia 1º de agosto.  
1293 Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda-se a participação do Presidente do CNAS.  
1294 7.8: A Escola de Educação Especial José Álvares de Azevedo do Rio Grande do Sul enviou o convite  
1295 para o 5º Seminário na área da deficiência visual, acessibilidade, 10 anos de avanços e/ou  
1296 retrocessos, a ser realizado dias 03, 04, 05 e 06 de setembro, e solicita a participação do  
1297 Conselheiro Alceu Kuhn para compor a mesa de abertura dia 03, e participar do painel que terá  
1298 como tema o Controle Social e a Empregabilidade das Pessoas com Deficiência dia 04 de setembro  
1299 as 10h. Além de solicitar a sua presença para assessorar os trabalhos no dia 05 de setembro,  
1300 quando serão desenvolvidas oficinas sobre acessibilidade em todos os aspectos e esfera.  
1301 Recomenda-se que o Conselheiro Alceu Kuhn participe do evento, desde que as despesas sejam  
1302 arcadas pela entidade promotora do evento. 7.9: O Conselho Municipal de Assistência Social de  
1303 Santarém/PA encaminhou o Ofício nº 50/2014 e convida o Presidente Eivaldo Ramos para a  
1304 audiência pública sobre flexibilização das normas de Assistência Social frente às adversidades  
1305 regionais em Santarém no dia 21 de agosto. O evento contará com a participação do Conselho  
1306 Estadual de Assistência Social e Ministério Público. Encaminhamento: recomenda-se que o CNAS  
1307 envie e-mail informando a impossibilidade de participação, considerando que o CNAS estará  
1308 realizando um encontro regional do CNAS com os CEAS na região Norte em Belém dia 21 e 22. Item  
1309 VIII: O poder judiciário da Comarca de Sorriso/MT enviou Ofício nº 519/2014/MTB que encaminha  
1310 a cópia do relatório sobre o funcionamento do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes  
1311 do referido município, noticiando algumas irregularidades na Casa Abrigo da Criança daquele  
1312 município, tendo como parte autora o Conselho Tutelar daquele município para ciência e  
1313 providências cabíveis. Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda-se que seja  
1314 encaminhado ao órgão gestor da Assistência Social, ao CMAS e ao Conselho dos Direitos da  
1315 Criança e do Adolescente de Sorriso, e informado ao poder judiciário sobre as providências  
1316 adotadas pelo CNAS. Informado, desculpe, ao poder judiciário, sobre as providências adotadas pelo  
1317 CNAS. 8.2: A Defensoria Pública da Bahia enviou documento informando que tem recebido  
1318 denúncias do Movimento Nacional de População de Rua de Salvador/BA sobre práticas higienistas.  
1319 A Defensoria conseguiu colher em seu trabalho de apuração dos fatos denunciados, entre o  
1320 período de setembro de 2013 a abril de 2014, 18 depoimentos devidamente formalizados, sendo  
1321 12 pessoas em situação de rua, e seis profissionais que trabalham com população de rua. Diante  
1322 do apurado, a Defensoria Pública do Estado da Bahia vem requerer auxílio a essa Defensoria  
1323 Pública visando coibir a ocorrência de práticas higienistas e violações aos direitos humanos da



1324 população em situação de rua, que vem sendo cometidas pelo município de Salvador e pela  
1325 empresa de limpeza urbana de Salvador, em razão da Copa do Mundo 2014. Requerendo as  
1326 providências cabíveis, que as providências cabíveis sejam tomadas. Encaminhamento da  
1327 Presidência Ampliada: recomenda-se o envio do expediente ao Comitê Interministerial de  
1328 Acompanhamento e Monitoramento de Políticas em Situação de Rua – CIAMP-RUA, ao órgão  
1329 gestor municipal da assistência e ao CMAS, e informar a Defensoria Pública sobre as providências  
1330 adotadas. 8.3: O Conselho Municipal de Assistência Social de Nepomuceno/MG enviou o Ofício  
1331 Circular CMAS nº 010/2014 ao CNAS e ao CEAS/MG solicitando a análise por parte do CNAS sobre  
1332 a ideia do CMAS de criar um plano de gratificação dos servidores do SUAS no município.  
1333 Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda-se que o documento seja enviado ao  
1334 DGSUAS/SNAS e a Secretaria-Executiva do CNAS, elabore ofício orientando o CMAS e solicite ao  
1335 órgão gestor da Assistência Social a elaboração do referido plano. 8.4: O Conselho Federal de  
1336 Serviço Social – CEFES, enviou o Ofício CEFES nº 289/2014 comunicando o lançamento do cartaz:  
1337 Nem Rótulo, nem Preconceito, Quero Respeito. Para afirmar o direito a identidade trans e solicita  
1338 divulgação do cartaz, visibilidade trans nos espaços institucionais. Encaminhamento da Presidência  
1339 Ampliada: recomenda-se que envie expediente ao CEFES agradecendo o envio do material e  
1340 informando que os cartazes serão fixados nas dependências do CNAS, próprias para esta ação. 8.5:  
1341 A Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Guarulhos/SP enviou Ofício nº  
1342 150/2014/SDAS que solicita a liberação do recurso do IGD, Bolsa Família bloqueado, de acordo  
1343 com a Secretaria o recurso é utilizado para implantar o Projeto Busca Ativa no município, onde já  
1344 foi localizado mais de quatro mil famílias em situação de extrema pobreza, e inclusive já foram  
1345 beneficiadas com o cartão. Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda-se o  
1346 encaminhamento do expediente a SENARC/MDS e envio do ofício a SDAS informando sobre as  
1347 providências adotadas. 9: Solicitação de pesquisador. 9.1: O Pesquisador Clóvis Henrique da  
1348 Universidade Federal de Brasília, UnB, enviou e-mail para o CNAS solicitando entrevista com algum  
1349 integrante da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Assistência Social, para sua  
1350 pesquisa de doutorado no Instituto de Ciência Política da UnB. A respeito do processo de  
1351 organização das Conferências Nacionais. Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda-  
1352 se que a entrevista seja concedida pela Conselheira Luziele Tapajós. Item X: informes. 10.1: O CNAS  
1353 recebeu e-mail do CMAS de Florianópolis/SC no dia 10 de junho, informando sobre o processo de  
1354 eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil para o biênio 2014-2016, por meio do Edital 01/2014.  
1355 No dia 16 de maio a 30ª Promotoria de Justiça da Capital, Ministério Público de Santa Catarina,  
1356 informou que havia aportado naquela promotoria de justiça denúncia anônima sobre  
1357 irregularidades na habilitação de candidatura na referida eleição. Razão pela qual seria instaurado  
1358 o devido procedimento investigatório a fim de apurar provável ilegalidade na candidatura de  
1359 representantes da Sociedade Civil, que recomendou a Presidente do CMAS um cancelamento da  
1360 assembleia de eleição, sob pena tornar nulo o seu efeito. A decisão do Ministério Público de  
1361 cancelamento da referida assembleia foi acatada pelo CMAS. Com a finalização do mandato dos  
1362 Conselheiros de Gestão 2012/2014 no dia 26 de maio, o CMAS de Florianópolis ficou com as  
1363 atividades suspensas. Houve trocas de ofícios entre o CEAS Santa Catarina e o CNAS, para tratar do  
1364 ocorrido. E por fim, em 17 de julho o CMAS de Florianópolis enviou ao CNAS ofício informando que  
1365 retomou suas atividades e que deverá deliberar sobre matérias em seu âmbito de competência até  
1366 que se conclua o processo eleitoral da Sociedade Civil naquele município. Conforme parecer da

1367 *Procuradoria-Geral do município de Florianópolis. 10.2: O CEAS de Santa Catarina enviou o Ofício*  
1368 *de nº 151/2014 CEAS/SC de 21 de abril informando que estará acompanhando e auxiliando o*  
1369 *processo eleitoral do Conselho Municipal de Blumenau, no qual por meio do Ofício CMAS nº*  
1370 *046/2014 informa que após discussão e análise em Plenária Extraordinária no dia 24/05/2014,*  
1371 *deliberaram os seguintes encaminhamentos: 1- Revogação do Edital nº 01/2014, relativo ao*  
1372 *processo de eleição dos Conselheiros não-governamentais gestão 2014-2016 com emissão de*  
1373 *resolução. 2- Aprovação de prorrogação de mandato de gestão, da atual gestão do CMAS 2012-*  
1374 *2014, até 10 de dezembro de 2014, considerando o prazo de 30 de setembro de 2014, já*  
1375 *deliberado pelo CMAS para adequação das entidades e visando assegurar a continuidade das*  
1376 *atividades do CMAS no controle social da Política de Assistência Social, com omissão de resolução.*  
1377 *10.3: A Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS enviou o Memorando Gabinete SNAS/MDS*  
1378 *nº 347 o qual envia exemplar da publicação CRAS e Itaara, do município de Itaara, Rio Grande do*  
1379 *Sul. 10.4: A SNAS também enviou um memorando circular, Gabinete SNAS/MDS nº 03 de 2014,*  
1380 *informando que recebeu exemplar da publicação Rota da Amizade, a trajetória do chaveirinho pela*  
1381 *inclusão de pessoas com deficiência intelectual, de autoria do grupo Chaveirinho, que trabalha*  
1382 *prestando assistência a pessoas com deficiência intelectual em São Paulo. Informa ainda que a*  
1383 *publicação encontra-se disponível para consulta no gabinete daquela SNAS. 10.5: A Secretaria*  
1384 *Nacional de Assistência Social – SNAS enviou Memorando CGI/Gabinete/SNAS/MDS nº 620 em*  
1385 *resposta ao e-mail enviado pelo CNAS aquela Secretaria, datado de 11 de maio de 2011, referente*  
1386 *a possíveis irregularidades em propriedades na aplicação dos recursos destinados a execução do*  
1387 *programa Pró-Jovem e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no município de*  
1388 *São Luiz/MA. A SNAS informa que foi averiguado em maio de 2014 nos sistemas do MDS que o*  
1389 *município de São Luiz preencheu o Censo/SUAS 2013 declarando que os serviços estão sendo*  
1390 *ofertados e que vem recebendo regularmente cofinanciamento para execução de serviços de*  
1391 *proteção social básica e proteção social especial. O que significa que o município atendeu*  
1392 *integralmente os requisitos para a concessão. Não tendo sofrido medidas administrativas que*  
1393 *justificasse a suspensão e o cancelamento das verbas federais. Informa ainda que após o tempo já*  
1394 *decorrido, desde o oferecimento da denúncia e adotada as medidas do ponto de vista de*  
1395 *monitoramento e acompanhamento dos serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS junto ao*  
1396 *município, a Secretaria Nacional pondera pela conclusão do assunto no contexto desse documento.*  
1397 *10.6: A Assessoria Especial de Controle Interno – AEI do MDS enviou o Memorando Circular nº*  
1398 *03/AEI/MDS/2014 que encaminha a Nota Informativa 004/AEI/2014 de 03 de julho de 2014 na*  
1399 *qual estão consolidadas as citações afetas ao MDS, constantes no relatório e parecer prévio das*  
1400 *contas do governo da república, referentes ao exercício de 2013 elaborados pelo TCU. A AEI*  
1401 *sugere que o relatório seja objeto de análise em cada área técnica responsável pelos temas*  
1402 *abordados. De forma que os gestores do MDS possam qualificar as informações e verificar a*  
1403 *necessidade e a conveniência de eventuais iniciativas junto ao tribunal, com intuito de promover*  
1404 *maior entendimento institucional daquele órgão sobre as políticas do MDS. Além da análise geral*  
1405 *do relatório, o mesmo não cita nenhuma ação direta ao CNAS. 10.7: A Secretaria Nacional de*  
1406 *Assistência Social – SNAS enviou o Memorando Circular Gabinete/SNAS/MDS nº 12/2014 sobre*  
1407 *comunicado do Instituto Alana referente à Resolução 163/2014 do CONANDA que versa sobre o*  
1408 *caráter abusivo de toda e qualquer tipo de publicidade, direcionada ao público infantil. No*  
1409 *documento é feita uma breve descrição da normativa recém aprovada no pleno do CONANDA, bem*

1410 como a sua importância para garantir a prioridade absoluta de crianças e adolescentes na  
1411 realização de seus direitos humanos e sociais. Ademais é feita uma breve apresentação da  
1412 instituição e do chamado projeto Criança e Consumo, que indo ao encontro da resolução aprovada,  
1413 busca fomentar a reflexão a cerca do impacto do consumismo na formação e nos hábitos de vida  
1414 desse segmento, defendendo o fim de toda e qualquer forma de comunicação mercadológica  
1415 direcionada a tal público. Encaminhamento da Presidência Ampliada: recomenda-se que a  
1416 Comissão de Política paute em conjunto com o CONANDA a Resolução nº 163/2014. Item XI:  
1417 informes das Comissões. 11.1: Consulta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos sobre a  
1418 inclusão do FONASEAS em uma das operacionalizações do seu plano de ação. Encaminhamento da  
1419 Presidência Ampliada: a Presidência Ampliada reconhece a legitimidade dos distintos fóruns de  
1420 articulação política e que estes representam um importante espaço de livre associação, de  
1421 participação social e de mobilização, que contribuem para qualificação e a consolidação do SUAS.  
1422 Reconhece, entretanto que as instâncias do SUAS para as diversas ações e operacionalizações do  
1423 CNAS devem ser aquelas reconhecidas na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS e demais  
1424 regulações, como o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS  
1425 e o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS. O debate aponta a  
1426 importância dos fóruns e em muito corroboram para o fortalecimento do SUAS, desta forma indica  
1427 que sejam mantidas as instâncias FONSEAS e CONGEMAS como interlocutores para a ação da  
1428 referida Comissão. Item XII: pauta da 225ª Reunião Ordinária do CNAS, que consiste no anexo II.  
1429 Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS, Luziele Tapajós, Vice-Presidente do CNAS.” No Item I,  
1430 o Conselheiro José Crus concordou com as propostas para os encontros regionais, pertinente ao  
1431 que haviam colocado na Comissão de Política trazendo, também, questões relevantes para o  
1432 controle social. Destacou o desafio para a Conselheira Cláudia pensar sobre a estratégia a ser  
1433 usada, contemplado as especificidades de cada região. A Conselheira Maria das Graças sugeriu  
1434 que na elaboração da programação dos encontros regionais utilizassem os indicadores trazidos no  
1435 dia anterior pelo IBGE e solicitou a alteração do calendário do encontro regional de Belém, pois  
1436 nessa data estariam em Manaus no Encontro Regional de Trabalho Social com Famílias, falando  
1437 sobre o evento. A Conselheira Solange falou sobre o choque de agendas, principalmente da SNAS  
1438 e da SENARC, com a Região Norte e Sudeste coincidindo, com esse encontro sendo nos dias 17 e  
1439 18, e o do MDS 16 e 17, assim como em novembro o Encontro Nacional de trabalho social com  
1440 família, nos dias 26 e 28 e o outro nos dias 26 e 27 de novembro. Registrou que essa agenda  
1441 estava fechada desde março, tendo confirmado na reunião anterior com os Conselhos Estaduais,  
1442 ademais de um evento da SENARC conjunto com a CNAS para o mesmo período. A Conselheira  
1443 Luziele observou que a agenda do CNAS também havia sido marcada em março, ponderando que  
1444 o público do encontro regional eram os Conselhos Estaduais indicados, sugerindo que não  
1445 abrissem mão dos dias 20 e 22, considerando que Belém já estava preparada para receber os  
1446 estados. Observou que para tais encontros tinham que levar informações concretas, dando  
1447 suporte aos Conselhos. O Presidente ponderou que com relação às manifestações das  
1448 Conselheiras Solange e Maria das Graças, sentia-se contemplado na fala da Conselheira Luziele,  
1449 reforçando que esses eventos não eram concorrentes com os demais, por ser de um público  
1450 restrito, só para Conselheiros, e com o evento de Belém estando todo pronto. Falou sobre o relato,  
1451 com algumas questões não estando coincidentes, devido ao seu tamanho, indicando que haviam  
1452 decidido que o Presidente, Vice-Presidente, Coordenadores das Comissões, das quatro Comissões,

1453 iriam para os eventos, esclarecendo essa colocação. Citou a observação que dizia que a deveriam  
1454 definir na Plenária de agosto, o que não seria possível, tendo que ser antes, considerando o tempo  
1455 regimental de 10 dias para emitir passagens e diárias. Que gostariam que a Comissão de Conselho  
1456 e a Comissão de Política indicassem o segundo participante até o dia 07 de agosto, garantindo a  
1457 paridade. A Conselheira Maria das Graças recomendou que para o próximo ano as reuniões  
1458 regionais considerassem os demais eventos, sendo que o FONSEAS teria interesse em participar do  
1459 encontro regional de Belém para debater não só a região amazônica, mas o fator amazônico,  
1460 presente no pacto de aprimoramento de gestão. A Conselheira Solange informou que havia sido  
1461 feita uma consulta ao Rio de Janeiro, que seria a reunião na região Sudeste no mês de setembro, e  
1462 havia possibilidade de fazer no dia 24 e 25, sendo que até o final da Plenária teriam uma resposta,  
1463 ficando o mês de novembro para resolver, haja vista que agosto não teria condições de alteração,  
1464 relatando os pedidos recebidos após a publicação da Resolução nº 15. Informou que receberiam  
1465 um pedido de Roraima para participação como ouvinte no encontro regional, considerando que as  
1466 pautas tinham uma grande interface e não sendo muito diferente a situação na ponta. O  
1467 Conselheiro José Crus ponderou que o governo estava nos Conselhos, tanto no Nacional, como  
1468 nos Estaduais e também estavam implicados nas várias pautas, registrando que a Secretaria-  
1469 Executiva encaminhasse que nos encontros estavam fazendo regionalizado do trabalho social com  
1470 famílias e já estava planejada a mais tempo, discorrendo que a pauta não poderia ser tão rígida,  
1471 para poder se ajustar aos eventos e com a participação dos Conselheiros. A Conselheira Luziele  
1472 esclareceu que o CNAS havia enviado para a SNAS a pauta com todas as datas até o final do ano,  
1473 considerando o prazo necessário para a autorização dos gastos com diárias e passagens. Que  
1474 deveriam pensar em situações nas quais o coordenador não poderia comparecer, havendo uma  
1475 série de situações passíveis de revisão. O Presidente ponderou que poderiam entrar em um  
1476 consenso em relação a essa questão, consultando os dois outros locais que estavam conflitando,  
1477 mas que Belém não poderia ter a data alterada. Que havia indicativos de alterar a data do Rio de  
1478 janeiro e tendo tempo para consultar o próximo conflitante, que era João Pessoa/PB, nos dias 26 a  
1479 28 de novembro. O Conselheiro Anderson solicitou que os membros governamentais do Comitê  
1480 de Política pudessem ver suas agendas e se posicionar, o que foi acatado. A Conselheira Solange  
1481 informou que a Comissão aqui do Acompanhamento aos Conselhos havia solicitado ao  
1482 Conselheiro Naelson para se reunir com os Conselheiros da Sociedade Civil e apresentasse quatro  
1483 Conselheiros para os eventos. A seguir, em não havendo questionamentos no item II, o Presidente  
1484 solicitou que a Conselheira Luziele procedesse à leitura do manifesto do item III: *“Anexo I:  
1485 Manifestação do CNAS em defesa da participação social. Considerando o Artigo 21 da Declaração  
1486 Universal de Direitos Humanos, considerando a Carta Iberoamericana da Participação Cidadã na  
1487 Gestão Pública. Considerando o Artigo 1º, Parágrafo Único da Constituição Federal, considerando  
1488 todas as leis e práticas de participação social existentes e historicamente construídas ao longo da  
1489 história brasileira, o CNAS manifesta publicamente o apoio ao fortalecimento e articulação dos  
1490 mecanismos e instâncias democráticas de diálogo e atuação conjunta entre a administração  
1491 pública e a Sociedade Civil como expresso no Decreto 8.243 de 23 de maio de 2014. Defendemos  
1492 perante todas as instâncias como sujeitos e sujeitas da construção de um Brasil plenamente  
1493 democrático, o reconhecimento da participação social como direito do cidadão, e expressão de sua  
1494 autonomia. A complementariedade e transversalidade de integração entre mecanismos e  
1495 instâncias da democracia representativa, participativa e direta. A solidariedade, cooperação e*

1496 *respeito a diversidade de etnia, raça, cultura, geração, origem, sexo, orientação sexual, religião e*  
1497 *condição social e econômica ou de deficiência, para a construção de valores de cidadania e de*  
1498 *inclusão social. O direito a informação, a transparência, ao controle social nas ações públicas, com*  
1499 *o uso de linguagens simples e objetivas, consideradas as características e o idioma da população a*  
1500 *que se dirige. A valorização da educação para cidadania ativa. A autonomia, livre funcionamento,*  
1501 *independência das organizações da Sociedade Civil e a ampliação dos mecanismos de controle*  
1502 *social. O incentivo ao uso e desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de*  
1503 *expressão, e linguagens de participação social por meio da internet, com a adoção de tecnologias*  
1504 *livres de comunicação e informação. Acrescentamos que são os espaços de participação social*  
1505 *como o Conselho Nacional de Assistência Social, as Conferências de Assistência Social, as instâncias*  
1506 *de mobilização e participação que promovem a inclusão da Sociedade Civil na defesa e garantia da*  
1507 *Assistência Social como direito e cidadania. O Brasil mercê mais participação social e mais*  
1508 *democracia. Deste modo impedir a plena participação social da Sociedade Civil consiste em*  
1509 *violação de direitos e retrocesso nas conquistas democráticas do povo brasileiro. Brasília, 24 de*  
1510 *julho de 2014, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.”* O Conselheiro José Crus  
1511 questionou que o manifesto não trazia a defesa da Política Nacional de Participação Social e do  
1512 Sistema Nacional de Participação Social, tendo que concluir reafirmando essa defesa intransigente  
1513 do CNAS, da Política Nacional e do Sistema. O Conselheiro Thiago ponderou que não sabia se esse  
1514 era o fórum de debate para se discutir se a forma estava correta ou não, mas concordava com o  
1515 Conselheiro José Crus que não havia ficado claro. O Conselheiro José ponderou não ser contra o  
1516 Decreto, não questionando a forma, mas tendo que colocar que era manifestação em defesa  
1517 intransigente da Política Nacional, do Sistema, mas considerando o conteúdo excelente,  
1518 materializado pelo Decreto, com a Conselheira Carmem concordando e sugerindo reiterar o apoio  
1519 ao Decreto. O Presidente esclareceu que a Secretaria-Geral da Presidência da República havia  
1520 encaminhado um modelo do manifesto para todas as instâncias, sendo que devido ao grande  
1521 trabalho realizado, haviam acrescentado algumas palavras, concordando que poderiam  
1522 acrescentar questões referentes aos temas indicados. Solicitou ao Conselheiro José Crus,  
1523 consideração o apoio à sua colocações, que redigisse sua contribuição, com o Conselheiro Thiago  
1524 também podendo contribuir. Com relação ao item sobre a participação de eventos, o Conselheiro  
1525 Anderson indicou os membros escolhidos dos representantes da Comissão de Política  
1526 Governamental que vão participar da reunião regional do CEAS: Comissão de Política, região  
1527 Norte: Conselheiro José Crus; região Sul e Sudeste: Conselheira Graça Prola; região Centro-Oeste:  
1528 Conselheira Elisabeth; e região Nordeste: Conselheira Juliana. O Conselheiro Naelson indicou os  
1529 membros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos: Região Norte: Conselheira Clátia;  
1530 região Sul e Sudeste: Conselheira Aldenora; região Centro-Oeste: Conselheira Cadó; região  
1531 Nordeste: Conselheiro Naelson. O Conselheiro Thiago informou que a indicação que havia ficado  
1532 pendente da Sociedade Civil entre a Conselheira Margareth e o próprio, havia ficado definido que  
1533 seria a Conselheira Margareth que seria a representante, mas sendo preciso definir a titularidade  
1534 com a Conselheira Margarida. No Item VII, 7.5, o Conselheiro José Crus indicou o  
1535 encaminhamento: *“recomenda-se que o CNAS envie e-mail informando a impossibilidade de*  
1536 *participação, considerando que o CNAS estará realizando o encontro regional com os CEAS da*  
1537 *região Norte em Belém.”* Sugerindo acrescentar que trataria das especificidades e particularidades  
1538 da região. O Presidente indicou a audiência pública em Santarém, sendo que também seriam

1539 convidados para estar na reunião de Belém, mandando um representante. No Item VI, 7.6, o  
1540 Conselheiro José Crus falou sobre a importância dessa pauta, considerando a relevância da  
1541 contribuição do advogado na Assistência Social. O Presidente destacou a importância desses  
1542 serviços nos CREAS, devendo se solicitar o resultado do evento para conhecimento. A Conselheira  
1543 Maria das Graças indagou se considerando a importância da pauta da Ordem dos Advogados de  
1544 Santa Catarina, não poderia indicar um bom advogado que estivesse nos serviços de ponta para  
1545 fazer essa fala. O Presidente manifestou interesse na participação do CNAS, mas tendo sido  
1546 decidido que eventos coincidentes com a Plenária e que comprometessem a participação do  
1547 Conselheiro, inviabilizaria essa participação. No item 7.9, o Conselheiro José Crus indicou o tema  
1548 “Flexibilização das Normas de Assistência Social frente às adversidades regionais”, manifestando-  
1549 se preocupado com seu teor. No Item VIII, 8.2, o Conselheiro José Crus indicou o encaminhamento  
1550 de recomendar o envio de expediente ao Comitê e etc., sugerindo que a Comissão de Política  
1551 pudesse pautar esse tema no seu Plano de Ação, nas suas estratégias, para discussão no Conselho,  
1552 tendo que ter um posicionamento. O Conselheiro Samuel concordou com essa colocação,  
1553 parabenizando a Presidência Ampliada pela decisão de encaminhar ao Comitê de População de  
1554 Rua, CIAMP-RUA e trazendo o resultado da discussão para conhecimento do CNAS. O Conselheiro  
1555 Anderson sugeriu mandar para os conselhos Municipais e Estadual na Bahia e solicitar retorno  
1556 para o CNAS dessas informações, concordando que o tema deveria ser pautado na Comissão de  
1557 Política. O Presidente considerou acatada a proposta do Conselheiro José Crus de trazer o tema  
1558 para a Comissão de Política. No Item VIII, o Conselheiro José Crus indicou que o encaminhamento  
1559 trazia: “recomenda-se que o documento seja enviado ao DGSUAS, Secretaria-Executiva elabore  
1560 ofício orientando o CNAS que solicite ao órgão gestor”, conforme parecer emitido pelo Conselho.  
1561 No item 8.4, parabenizou o CEFES, sugerindo que as entidades que compusessem o Conselho  
1562 tivessem acesso ao cartaz disponibilizado ao Conselho para divulgação. Item XI - **Informe das**  
1563 **Comissões**. O Conselheiro Samuel indicou a consulta da Comissão de Acompanhamento aos  
1564 Conselhos sobre a inclusão do FONACEAS em uma das operacionalizações do seu Plano de Ação,  
1565 considerando a sua importância. O Conselheiro Naelson indicou fazer parte da Comissão de  
1566 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, falando sobre as metas e estratégias,  
1567 citando alguns órgãos e não citando o Fórum dos CEAS que era o mais interessado, falando sobre  
1568 sua colocação. O Conselheiro Thiago indicou que o último parágrafo do manifesto trazia “*O Brasil*  
1569 *merece mais participação social e mais democracia, deste modo impedir a plena participação*  
1570 *social da Sociedade Civil consiste em violação de direitos e retrocesso nas conquistas democráticas*  
1571 *do povo brasileiro.*” Tendo medo que se não fosse incluir ou se tentassem justificar essa não  
1572 inclusão, conflitando com a decisão se era um manifesto em apoio ao Decreto 8.243. O Presidente  
1573 falou que esse tema geraria um debate e que seria prejudicado em função da circunstância do  
1574 contexto, esclarecendo a posição e as condições da Presidência Ampliada para a colocação feita.  
1575 Ponderou que poderiam falar com o FONACEAS , solicitando apoio para reformular a lei dos  
1576 Conselhos, mas estando escrito o reconhecimento da importância do Fórum, mas que não tinha  
1577 alcance para agir em relação às leis, colocação acordada por um participante. O Conselheiro José  
1578 Crus observou que haviam debatido o fortalecimento dos Conselhos Estaduais, com o FONACEAS  
1579 sendo o conjunto de Conselhos, estando presente em todos, falando sobre o assunto. O  
1580 Conselheiro Leovane manifestou não entender essa participação, mas com a ausência do  
1581 FONACEAS, discorrendo sobre a questão. O Presidente como encaminhamento, a suspensão do

1582 debate e a Comissão de Conselhos informasse como seria feita essa parceria com o FONACEAS  
1583 para se debate plenamente, com a Conselheira Luziele concordando com essa proposta. A  
1584 Conselheira Solange indicou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos se propunha a  
1585 trazer esse tema na reunião de setembro. O Presidente passou a indagar aos Conselheiros quem  
1586 mantinha ou retirava sua inscrição: Conselheira Solange. Já falou, não é? "Já falei presidente".  
1587 Conselheira Graça Prola mantém ou retira? "Eu retiro a minha posição". Conselheiro Fábio. "Retiro  
1588 minha inscrição por hora". O Presidente consultou, com apoio da Plenária, o Sr. Carlos Nambu,  
1589 que informou que não debateria, apenas faria um complemento. A Conselheira Luziele esclareceu  
1590 que o FONACEAS não era mais um Fórum de presidentes de Conselho, mas sim de Conselheiros,  
1591 não havendo contradição com relação à questão da participação social e da sua ampliação,  
1592 esclarecendo a questão e a relação do CNAS com os demais Conselhos e os contatos feitos para  
1593 tratar do assunto. A Conselheira Luziele ponderou que havia feito essas colocações para que não  
1594 ficasse gravado que essa gestão estaria afastando a possibilidade de ir para a participação popular,  
1595 o que não era verdade. O Sr. Carlos Nambu, apresentou-se como presidente do COMAS São Paulo  
1596 e membro da mesa coordenadora do FONACEAS, sugerindo o convite para que o Fórum estivesse  
1597 presente no debate que falaria sobre o mesmo, para que pudesse apresentar seu novo formato,  
1598 não tendo mais presidência, mas sim coordenadores. O Presidente, após acatado pelo Pleno,  
1599 concedeu a fala ao Sr. Josué, Presidente do Conselho Municipal de Jaboatão dos Guararapes, que  
1600 destacou a riqueza dessa reunião e o ganho que havia tido, agradecendo a participação nesse  
1601 encontro. O Presidente agradeceu a visita, assim como a dos demais presentes. No item 12, pauta,  
1602 a Conselheira Maria das Graças indicou na plenária do dia 13, de 9h às 9h15 a aprovação data;  
1603 9h15 às 10h30 informes da presidência, a secretaria etc.; de 10h30 às 12h balanço do PAA 2012-  
1604 2015; de 14h às 18h proposta da Comissão de Política da Assistência Social que em agosto  
1605 convidassem os órgãos responsáveis pelos Programas Brasil Sem Miséria, Ação Brasil Carinhoso,  
1606 Crack é Possível Vencer e Viver Sem Limite, inclusive como audiência pública, tendo apenas o MDS  
1607 falado sobre a questão, e debatendo a intersetorialidade que perpassava esses programas. O  
1608 Conselheiro Anderson indicou que no documento da Comissão de Política estava a apresentação  
1609 pelo MDS e órgãos coordenadores do balanço do impacto dos planos do programa, mas  
1610 concordando com a Conselheira Maria das Graças de convidar para a participação na reunião os  
1611 Conselhos envolvidos no Pleno em função da temática. A seguir, o Conselheiro Thiago procedeu à  
1612 leitura do manifesto: *"Manifestação do CNAS em defesa intransigente da Política Nacional de*  
1613 *participação social e do Sistema Nacional de participação social. Considerando o artigo 21 da*  
1614 *Declaração Universal dos Direitos Humanos, considerando a carta ibero-americana de participação*  
1615 *cidadã na gestão pública, considerando o artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal,*  
1616 *considerando todas as leis e práticas de participação social existentes historicamente construídas*  
1617 *ao longo da história brasileira. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, instituído pela lei*  
1618 *8742/1993 de caráter paritário entre sociedade civil e governo, manifesta publicamente o apoio ao*  
1619 *decreto 8243, de 23 de maio de 2014, que contribui com o fortalecimento e articulação de*  
1620 *mecanismos e instâncias democráticas de diálogo e atuação conjunta entre a administração*  
1621 *pública e a sociedade civil. Defendemos perante todas as instâncias como sujeitos e sujeitas da*  
1622 *construção de um Brasil plenamente democrático: -O reconhecimento da participação social como*  
1623 *direito do cidadão e expressão da sua autonomia; -A complementaridade e transversalidade, a*  
1624 *integração entre mecanismos e as instâncias da democracia representativa, e participativa e*

1625 direta; -A solidariedade, cooperação e respeito à diversidade de etnia, raça, cultura, geração,  
1626 origem, sexo, orientação sexual, religião e condição social, econômica ou de deficiência para a  
1627 construção de valores de cidadania e de inclusão social; -O direito à informação, a transparência e  
1628 ao controle social nas ações públicas com uso das linguagens simples e objetivas, consideradas as  
1629 características e o idioma da população a que se dirige; -A valorização da educação para a  
1630 cidadania ativa; -Autonomia, livre funcionamento, independência das organizações da sociedade  
1631 civil; e -A ampliação dos mecanismos de controle social. O incentivo ao uso e desenvolvimento de  
1632 metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social  
1633 por meio da Internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação;  
1634 acrescentamos que somos o espaço de participação social, como o Conselho Nacional de  
1635 Assistência Social, as conferências de Assistência Social, as instâncias de mobilização e  
1636 participação social que promovem a inclusão da sociedade civil na defesa e garantia da Assistência  
1637 Social como direito de cidadania. O Brasil merece mais participação social e mais democracia,  
1638 desse modo impedir a plena participação social da sociedade civil da sociedade civil consiste em  
1639 violação de direito e retrocesso das conquistas democráticas do povo brasileiro. Brasília, 24 de  
1640 julho de 2014, Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS." O Presidente indagou se havia  
1641 algum questionamento. Em não havendo, o manifesto foi provado pelo Pleno, sendo  
1642 encaminhado para as instâncias indicadas pela Presidência Ampliada. O Presidente submeteu o  
1643 Relato da Presidência Ampliada, sendo aprovado pelo Pleno. **Item Relato da Comissão de Normas.**  
1644 A Conselheira Cláudia indagou se havia algum problema em inverter a pauta e a Comissão de  
1645 Normas fazer seu relato, o que foi acordado pelo Pleno: "Memória na reunião da Comissão de  
1646 Normas da Assistência Social. Reunião ordinária de número 5/2014, datas: 22 e 23/07/2014.  
1647 Horário: 14h30 às 18h; 9h às 12h50. Local: Esplanada dos Ministérios, anexo do bloco F, Ala A, sala  
1648 115. Conselheiros e conselheiros presentes: Cláudio Laureth Faquinote, Coordenadora; Alceu Kuhn,  
1649 Coordenador-Adjunto; Carolina Gabas Stuchi; Dulcinéia Reginato Francisco; Lea Lucia Cecílio  
1650 Braga; Luziele Maria de Souza Tapajós; Thiago de Barbosa Ferreira Cabral. Ouvintes: Carlos  
1651 Nambu, COMAS São Paulo no dia 22/07; Carmen Bongiovanni, COMAS São Paulo nos dias 22 e  
1652 23/07; Clodoaldo Leite FEB, 23/07; Josué da Silva CMAS Jabotão, Pernambuco 22/07; Maria Silva  
1653 Coviello FEBRAEDA 22 e 23/07; Moisés Castro CONSEAS São Paulo 22 e 23/07; Dhan Kienen CMAS  
1654 Rio de Janeiro 23/07; Regina Dantas Realy 23/07; Thiago de Freitas ONCB 22 e 23/07. Convidados  
1655 e convidadas: Alessandra Gadioli da DRSP/SNAS/MDS 22/07; Amanda Silva DRSP/SNAS/MDS  
1656 22/07; Ana Paula Gonçalves DRSP/SNAS/MDS 23/07; Douglas Carneiro DRSP/SNAS/MDS 22/07;  
1657 Guilherme Ferreira DRSP/SNAS/MDS 22/07; Marília Carvalho DRSP/SNAS/MDS 22/07; Pedro  
1658 Masson DRSP/SNAS/MDS 22 e 23/07. Secretaria-Executiva do CNAS: Cristiane Camargo Menezes;  
1659 Rosângela da Silva Almeida Douglas Amaro; e Ezidênio Pereira. 1) Eleição do Coordenador-Adjunto  
1660 da Comissão de Normas. Conforme consta no regimento interno do CNAS em seu artigo 38 cada  
1661 comissão temática terá um coordenador e uma Coordenadora-Adjunta escolhidos dentre os seus  
1662 membros titulares. A Comissão de Normas na gestão 2014-2016 terá a sua condenação exercida  
1663 pelos representantes da Sociedade Civil. A conselheira Cláudia Laureth Faquinote foi indicada  
1664 coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social e o conselheiro Alceu Kuhn indicado  
1665 Coordenador-Adjunto. 2) Informes da Secretaria-Executiva sobre o funcionamento da comissão. A  
1666 coordenadora da Comissão de Normas, Sra. Cláudia Laureth Faquinote, solicitou que a  
1667 coordenadora técnica da Comissão de Normas, Sra. Christianne Menezes, fizesse a leitura do



1668 *informes sobre o funcionamento e o fluxo dos trabalhos das comissões temáticas e o apoio da*  
1669 *Secretaria-Executiva. O referido documento dispõe sobre: assessoria da Coordenação Técnica da*  
1670 *Secretaria-Executiva do CNAS com preenchimentos de preparação diminutas de pauta. A*  
1671 *necessidade do contato prévio da coordenação, Secretaria-Executiva com a coordenadora da*  
1672 *comissão em funcionamento na reunião da comissão a elaboração da memória para a*  
1673 *apresentação a plenária, a apresentação da memória da reunião na comissão em plenária e a*  
1674 *memória pós-plenária. 3) Apresentação das informações trimestrais sobre o processo de*  
1675 *certificação de entidades beneficentes de assistência social, conforme previsto no artigo 1º da*  
1676 *resolução CNAS nº 18/2011. A Diretora Substituta do departamento da Rede Socioassistencial*  
1677 *Privada do SUAS, DRSP, Sra. Alessandra Gadioli, apresentou a Comissão de Normas da Assistência*  
1678 *Social relatório do segundo trimestre do processo de certificação que entidades beneficentes de*  
1679 *assistência social. Constam no relatório tabelas e gráficos que evidenciam que forma a estatística*  
1680 *a situação dos processos de certificação até o dia 30 de junho de 2014, sendo que a situação*  
1681 *individualizada de cada processo consta do arquivo digital CD que acompanha o relatório. No*  
1682 *anexo 1 do relatório, perfil das entidades de assistência social, a apresentação de alguns dados*  
1683 *sobre o perfil das entidades segundo a base de dados da certificação, do Cadastro Nacional das*  
1684 *Entidades de Assistência Social, CNEAS, e do Censo SUAS 2011 Rede Privada. Destacou ainda que*  
1685 *foram recebidos no segundo trimestre de 2014 o total de 280 e-mails no e-mail institucional da*  
1686 *coordenação de certificação, onde as demandas mais frequência só são referentes a: solicitação de*  
1687 *comprovante de protocolo; consulta sobre o andamento processual; e informação, documentação*  
1688 *sobre documentação necessária para a apresentação de requerimento de certificação.*  
1689 *Encaminhamentos: a Comissão de Normas da Assistência Social recomenda a plenária: 3.1) Revisar*  
1690 *o anexo da resolução CNAS nº 18/2011 após a primeira inserção de dados do CNEAS, Cadastro*  
1691 *Nacional das Entidades de Assistência Social, prevista para dezembro de 2014. 3.2) Encaminhar*  
1692 *para todos os conselheiros o relatório apresentado pelo DRSP/mídia em CD. 4) Apresentação do*  
1693 *plano de ação da Comissão de Normas de Assistência Social e os seus desafios. A coordenadora da*  
1694 *comissão, Sra. Cláudia Laureth Faquinote, informou que o ponto de partida para a construção do*  
1695 *plano de ação da Comissão de Normas para a gestão 2014-2016 foi o plano da gestão passada,*  
1696 *sendo que foram extraídas as estratégias e ações concluídas, e mantidas as estratégias e ações*  
1697 *consideradas de caráter permanente e aquelas que permanecem como desafios para o CNAS,*  
1698 *algumas delas pelo fato de não terem sido implementadas na sua totalidade. Ressaltou que era*  
1699 *uma proposta inicial aberta para discussão e aperfeiçoamento do plano. A Comissão de Normas*  
1700 *discutiu plano de ação até a meta dois fazendo alterações. Encaminhamento: a Comissão de*  
1701 *Normas da Assistência Social recomenda a plenária: 4.1) Continuar o debate sobre o plano de ação*  
1702 *da comissão na próxima reunião. 5) Apresentação e da proposta de atualização da orientação*  
1703 *conjunta MDS/CNAS pelo departamento Rede Socioassistencial Privada dos SUAS, DRSP, sobre a*  
1704 *indicação das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas,*  
1705 *projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de Assistência Social de acordo com a*  
1706 *resolução CNAS nº 14/2014 contendo a definição de parâmetros, do termo isolado ou*  
1707 *cumulativamente, bem como o cumprimento do caráter não contributivo da gratuidade da*  
1708 *Assistência Social, além de outros pontos que foram destacados. A coordenadora geral de*  
1709 *acompanhamento da Rede Socioassistencial do SUAS, DRSP/CNAS/MDS, Ana Paula Gonçalves, fez*  
1710 *uma breve exposição sobre a elaboração da proposta da orientação conjunta MDS/CNAS*

1711 informando que houve a utilização dos apontamentos feitos pela Comissão de Normas no debate  
1712 que originou a resolução CNAS nº 14/2014, bem como dos questionamentos oriundos dos  
1713 conselhos de assistência social. Ressaltou que há hiperlinks em todas as legislações específicas  
1714 citadas no documento, bem como o anexo ou comparativo da resolução CNAS nº 16/ 2010 com a  
1715 resolução CNAS nº 14/2014 visando facilitar a compreensão das alterações trazidas pela  
1716 normativa vigente. Encaminhamentos: a Comissão de Normas de Assistência Social recomenda a  
1717 plenária. 5.1) Socializar a versão preliminar do documento elaborado pelo DRSP para os  
1718 conselheiros da Comissão para apreciação e sugestões para serem debatidas na próxima reunião.  
1719 5.2) Os conselheiros da Comissão de Normas deverão até o dia 6 de agosto de 2014 encaminhar a  
1720 Secretaria-Executiva suas contribuições ao documento recebido, que por sua vez remeterá ao  
1721 DRSP. 5.3) Após o dia 6 de agosto a Secretaria-Executiva em conjunto com DRSP sistematizarão os  
1722 apontamentos enviados pelos conselheiros para subsidiar o debate na próxima reunião. 5.4) A  
1723 Secretaria-Executiva encaminhará para os conselheiros da Comissão de Normas no dia 11 de  
1724 agosto a versão sistematizada do documento. 6) Definição de pauta para o mês de agosto: 6.1)  
1725 continuar a análise e o debate do plano de ação da Comissão de Normas de Assistência Social; 6.2)  
1726 debater a orientação conjunta MDS/CNAS sobre a inscrição das entidades ou organizações de  
1727 Assistência Social e, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais  
1728 nos conselhos de Assistência Social de acordo com a resolução CNAS nº 14/2014. 7) sugestão da  
1729 Comissão de Normas para a Presidência Ampliada: convidar representantes do Ministério da  
1730 Educação, MEC, para participar da reunião da Comissão de Normas com o objetivo de debater a  
1731 possibilidade de criação de um grupo de estudos para a elaboração de critérios de aferição de  
1732 gratuidade na assistência social para as entidades de educação, levando em conta a equivalência  
1733 de serviços socioassistenciais de bolsas de estudos, bem como a definição de usuários que  
1734 contemplem o reconhecimento duplo de público. No dia 9 de setembro de 2014 período vespertino.  
1735 Cláudia Laureth Faquinote, coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social." Esclareceu  
1736 que a sugestão aferida no ponto 7 havia sido aprovada na memória da Presidência Ampliada.  
1737 O Presidente indagou se havia alguma observação no relato da Presidência Ampliada.  
1738 Em não havendo, o documento foi aprovado pelo Pleno. Item Relato da Comissão de Conselhos,  
1739 pela Conselheira Solange: "Memória na reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos  
1740 da Assistência Social." Antes de iniciar o relato eu gostaria imensamente de agradecer aos  
1741 conselheiros membros da comissão pelo trabalho que foi realizada e agradecer a aí especialmente  
1742 a Cíntia do DGSUAS pela paciência de passar uma tarde inteira com a gente e trazer, elucidar e  
1743 clarear muitas informações que nós estávamos precisando. "Reunião ordinária 004/2014. Data: 22  
1744 e 23/71/2014. Horário: 14h30 às 18h, respectivamente 9h30 às 13h30. Local: Esplanada dos  
1745 Ministérios, Anexo A do bloco F, Ala A sala 119. Conselheiros presentes: Solange Teixeira,  
1746 coordenadora; Maria Lucia Marquim, Coordenadora-Adjunta; Aldenora González, Clátia Regina  
1747 Vieira; Giovanna Quaglia; Margarida Munguba; Naelson da Silva Ferreira; Raimunda Cadó.  
1748 Convidados ouvintes: Cássia Gorete da Silva, COMAS São Paulo; Josué da Silva, COMAS Jaboatão  
1749 dos Guararapes Pernambuco; e Suzana de Almeida Silva, COMAS São Paulo. Secretaria-Executiva  
1750 do CNAS e no apoio: a Gabriela Moraes e Eliane Guedes também que eu presto os meus  
1751 agradecimentos em nome de toda a comissão. Apresentação e debate dos resultados dos dados do  
1752 Censo SUAS, módulo conselho, pela equipe da vigilância socioassistencial da SNAS. A coordenadora  
1753 da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Solange Teixeira, após a apresentação dos

1754 membros da comissão iniciou a reunião com o agradecimento e referência à Cíntia Barros dos  
1755 Santos Miranda, Coordenadora-Geral substituta da Coordenação-Geral de serviços de vigilância  
1756 social, DGSUAS/SNAS. Em seguida a Sra. Cíntia Barros discorreu e explicou os resultados dos dados  
1757 do Censo SUAS 2013 municipal com debates simultâneos da comissão acerca das informações  
1758 apresentadas. Encaminhamentos: a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
1759 Social recomenda à plenária: os integrantes da comissão, entregaram aos integrantes da comissão  
1760 os resultados dos dados do Censo SUAS 2013 apresentados para conhecimento e retornarão com  
1761 as questões que devem ser discutidas na próxima reunião de agosto a partir dos seguintes  
1762 critérios: discrepância dos cruzamentos das informações; gravidade das situações constatadas em  
1763 relação aos conselhos municipais de Assistência Social; solicitar à coordenação da vigilância social  
1764 que identifique a partir dos dados do Censo SUAS os municípios por região e por porte onde os  
1765 Conselhos de Assistência Social, CAS, estão em situação de fragilidade a partir dos critérios  
1766 previamente definidos e apresentados. Após a análise das questões, se for o caso, a apresentar  
1767 novas perguntas ao DGSUAS para a possível inclusão no Censo SUAS na próxima, essas questões  
1768 terão o prazo máximo de serem apresentadas até a próxima reunião de agosto. Solicitar a  
1769 Secretaria-Executiva disponibilizar para os conselheiros desta comissão para conhecimento o  
1770 documento referente ao estudo do Censo SUAS 2012 já distribuído a todos os Conselhos Estaduais  
1771 de Assistência Social. 2) Coordenadora e Coordenadora-Adjunta da Comissão de Acompanhamento  
1772 aos Conselhos. Em atendimento a disposto no regimento interno do CNAS em seu artigo 38, a  
1773 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos na gestão 2014-2016 terá sob sua coordenação,  
1774 exercerá sua condenação exercida pela conselheira Solange Teixeira e a Coordenação-Adjunta pela  
1775 conselheira Maria Lucia Marquim. Informes da Secretaria-Executiva sobre o funcionamento da  
1776 comissão: a Coordenadora Técnica da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, Sra.  
1777 Gabriela Moraes, fez a leitura do informes sobre o funcionamento e o fluxo dos trabalhos das  
1778 comissões temáticas e o papel da Secretaria-Executiva. O referido documento dispõe sobre a  
1779 assessoria da Coordenação Técnica da Secretaria-Executiva do CNAS, o procedimento de  
1780 preparação da minuta de pauta, a necessidade do contato prévio da coordenação, Secretaria-  
1781 Executiva com a coordenadora da comissão; o funcionamento da reunião da comissão, a  
1782 elaboração da memória para a apresentação na plenária; a apresentação da memória da reunião  
1783 da comissão em plenária; e a memória pós-plenária. 4) a apresentação do plano de ação da  
1784 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e os seus desafios. Foi  
1785 esclarecido que o ponto de partida para a construção do plano de ação da Comissão de  
1786 Acompanhamento aos Conselhos para gestão 2014/2016 foi o plano da gestão passada do biênio  
1787 2012-2014, de onde foram extraídas as estratégias, e ações concluídas e mantidas as estratégias e  
1788 ações consideradas de caráter permanente, bem como aqueles que permanecem como desafios  
1789 para o CNAS, algumas delas não foram implementadas e outras foram parcialmente  
1790 implementadas. Aberta para discussão e aperfeiçoamento do plano, a Comissão de  
1791 Acompanhamento aos Conselhos discutiu o referido Plano de Ação até a meta 1, fazendo  
1792 alterações nas ações e operacionalizações seguintes: encaminhamentos – A Comissão de  
1793 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social recomenda à Plenária: reordenar o Plano de  
1794 Ação e encaminhar aos Conselheiros para conhecimento com as ações que já foram concluídas;  
1795 propor alterações nas ações, operacionalizações e monitoramento; Meta 1. Estratégia. Ação:  
1796 acompanhar a evolução e funcionamento do CAS utilizando o Censo SUAS, bem como outros

1797 *sistemas de informações disponíveis. Foi acrescentado exatamente, bem como outros sistemas de*  
1798 *informações disponíveis, não só o Censo SUAS, considerando outras fontes de informações, tal qual*  
1799 *MUNIC, como nós vimos ontem. Articular agenda de trabalho com as unidades do MDS para*  
1800 *conhecer os dados de sua evolução. Esse foi acrescentado, desta forma na operacionalização. E*  
1801 *acompanhar o período de gestão dos Conselhos no CADSUAS para repasse sistemático de*  
1802 *informações. 4.3) Encaminhamentos da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos à*  
1803 *Presidência Ampliada: inserir o FONACEAS na estratégia 1.1 da meta 1, do Plano de Ação, bem*  
1804 *como consultar outras instâncias sobre os possíveis impedimentos legais. 4.4) Continuação da*  
1805 *análise do Plano de Ação a partir do item 1.4 na próxima reunião. 5) Definição da pauta para o*  
1806 *mês de agosto: apreciar o Plano de Ação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos,*  
1807 *continuação da análise, as Reuniões Regionais onde vamos conhecer os temas e trabalhar os*  
1808 *temas já colocados pela Presidência Ampliada e discussão das questões identificada pela Comissão*  
1809 *na análise do Censo SUAS 2013 para possíveis formulações de outros questionamentos, outras*  
1810 *perguntas ao Censo. Solange Teixeira, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos*  
1811 *Conselhos da Assistência Social.” O Presidente parabenizou a chegada da Coordenadora Técnica,*  
1812 *Gabriela Morais, nova servidora da equipe, destacando a sua eficiência e solicitando uma salva de*  
1813 *palmas. O Presidente indagou se havia alguma observação sobre o Relato da Comissão de*  
1814 *Acompanhamento aos Conselhos. Em não havendo, considerou o Relato aprovado pelo Pleno.*  
1815 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos,  
1816 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de  
1817 som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,  
1818 aprovada em reunião de                      de                      de dois mil e catorze.